Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2023 | Nª 25.402 | Preço banca: R$ 3,50

Bancos tiveram lucro líquido de R$ 139 bilhões em 2022

Em 2022, os bancos tiveram lucro líquido de R$ 139 bilhões, alta de 2% em relação a 2021. Entretanto, após a recuperação a níveis pré-pandemia em 2021 e um crescimento no primeiro semestre de 2022, a rentabilidade no segundo semestre do ano passado teve redução.

De acordo com o Banco Central (BC), a razão principal para o recuo foi o aumento das despesas com provisões (reserva sobre riscos de crédito), acentuada devido ao caso das Lojas Americanas. As informações são do Relatório de Estabilidade Financeira do BC, referente ao segundo semestre de 2022, que foi divulgado na quarta-feira, (10).

Em recuperação judicial desde janeiro, as Lojas Americanas enfrentam uma crise desde a revelação de "inconsistências contábeis" de R$ 20 bilhões. Posteriormente, o próprio grupo admitiu que os débitos com os credores podem chegar a R$ 43 bilhões.

"Embora o forte aumento das despesas de provisão no último semestre de 2022 esteja relacionado a esse evento das Americanas, a materialização do risco tem resultado no elevado aumento dessas despesas de forma geral. Página 3

PIB paulista tem aumento de 2% no primeiro bimestre de 2023

Página 2

Indústria brasileira cresce 1,1% em março após duas quedas seguidas

Página 3

Prefeito de SP decreta luto oficial de 3 dias pelo falecimento de Rita Lee

O prefeito em exercício da cidade de São Paulo, Milton Leite, decretou na terça-feira (9 de maio) luto oficial de três dias no município pelo falecimento da cantora Rita Lee. O decreto assinado por Leite ressalta que a cantora foi a "grande rainha do rock brasileiro".

Mais cedo, o prefeito em exercício também já havia se pronunciado sobre a morte de Rita Lee. "A cidade de São Paulo e o país perdem hoje uma grande cantora e artista paulistana. Rita Lee era uma apaixonada pela cidade e pela liberdade. Ela deixará um grande silêncio no cenário artístico e cultural do nosso país. Nossos sentimentos aos familiares", disse Leite.

Telegram apaga mensagem contra PL das Fake News

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

O Telegram Brasil apagou, na tarde da quarta-feira (10), a mensagem enviada em massa, no dia anterior, aos usuários da plataforma digital no país. O texto da mensagem apagada era contrário à aprovação do Projeto de Lei 2.630, conhecido como PL das Fake News, que tramita no Congresso Nacional para propor medidas de enfrentamento à divulgação de conteúdos falsos e à violência digital. Página 8

Público diz adeus a Rita Lee no planetário do Ibirapuera em São Paulo

Página 2

Entidades denunciam desmanche de reguladores da área de minério

Representantes de organizações da sociedade civil apontaram o desmanche de órgãos regulatórios, o apoio ao lobby do mercado de minérios e a tentativa de fragilizar ainda mais as legislações relacionadas à temática da mineração como os principais motivos para o incremento do garimpo ilegal no país. Durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado, na quarta-feira (10), foi apresentado os resultados de um relatório apontando que, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o garimpo ganhou protagonismo político inédito.

Elaborado pelo Observatório da Mineração e Sinal de Fumaça, organizações da sociedade civil que tratam o tema, o relatório Dinamite pura. Página 8

São Paulo cuida da alimentação daqueles que mais precisam

Entrega de cestas básicas e distribuição de refeições prontas para as pessoas que mais precisam são apenas uma parte do que a cidade de São Paulo faz diariamente para garantir a segurança alimentar da população. O podcast Acontece em SP conversou com Soninha Francine, secretária municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que explicou outras iniciativas da capital voltadas para essa demanda social.

SUS paulistano é eleito o melhor serviço público da capital

A rede municipal de saúde foi eleita o melhor serviço público da capital pelo terceiro ano consecutivo. A pesquisa foi realizada pelo Datafolha e mostrou que 15% dos entrevistados citaram o SUS paulistano durante a análise. Esta e outras informações você confere em mais uma edição do podcast Aproveite São Paulo.

Esporte

Hospitalizado, Granado não disputará abertura da MotoE

Principal nome do Campeonato Mundial de MotoE, o brasileiro Eric Granado não disputará a abertura da competição, marcada para o próximo final de semana, em Le Mans (França). O piloto, que sofreu um forte acidente no último sábado, durante a 3ª etapa do Mundial de Superbike na Espanha, passou por uma avaliação de sua condição física nesta quarta-feira, visando a participação na etapa francesa do campeonato de motos elétricas. No procedimento, exames de ressonância magnética e tomografia constataram a existência de um edema na parte posterior do cérebro.

Os exames foram realizados no Hospital Dexeus, um dos principais centros clínicos de Barcelona, com supervisão do médico-chefe da Federação Internacional de Motociclismo, Angel Charte. O brasileiro permanecerá internado para observação até domingo e deverá se manter em repouso absoluto por pelo menos duas semanas, quando passará por nova avaliação.

Impactos – A queda de Granado no último sábado causou três impactos fortes sobre o corpo do piloto. O primeiro foi contra o piso de asfalto, depois com a moto, que veio de encontro ao piloto no trajeto até o softwall, e finalmente contra a barreira de contenção. Granado ficou desacordado por dois minutos, mas recobrou totalmente os sentidos e voltou a caminhar normalmente.

"Obviamente que estou chateado com a situação, por que o que um piloto mais quer é competir, mas a saúde vem em primeiro lugar", disse Granado. "Eu me sinto bem fisicamente, apenas com algumas pequenas dores no corpo, o que é natural depois de um acidente forte. Mas os médicos acharam que é melhor descansar e me recuperar melhor antes de voltar à pista. Então, vou seguir todas as orientações para estar 100% em forma o quanto antes. É uma pena perder essa etapa da MotoE. ", completou.

Foto/ LCR

Granado *em ação nos testes da MotoE: piloto não disputará a etapa de abertura*

Maior vencedor do Mundial – Atual vice-campeão da MotoE, Granado soma dez primeiros lugares e é o maior vencedor da história do Mundial. Entre suas conquistas está a vitória na pista de Le Mans, em 2021. O brasileiro possui também sete pole positions e 12 voltas mais rápidas – recordes absolutos no campeonato de motos elétricas. É de Eric ainda o recorde de hat-tricks (pole, volta mais rápida e vitória), com quatro na categoria até o momento – único piloto a conseguir a façanha mais de uma vez nos quatro anos de história deste campeonato iniciado em 2019.

Além desse bom retrospecto, o brasileiro também vem de uma pré-temporada bastante positiva, na qual dominou os testes e se posicionou como um dos favoritos para o campeonato de 2023.

Eric Granado compete no Mundial com apoio de Suhai Seguradora, Alpinestars, Shark Helmets, Oakley, Thinkers, Frota Assessoria Empresarial, Instituto Marazul, Zero Racing Design, EG51 Store e Edge Lifesports.

IMSA

Pipo Derani quer voltar ao alto do pódio

O brasileiro Pipo Derani disputa neste domingo (14) a quarta etapa da temporada 2023 do IMSA WeatherTech SportsCar Championship em Laguna Seca (EUA). Terceiro colocado nas últimas quatro corridas realizadas no circuito, o piloto diz que já está na hora de subir um degrau, ou melhor, dois.

Com 3,6 km e 11 curvas, entre elas, a famosa e desafiadora curva do "Saca-Rolha", a pista de Laguna Seca também já foi palco de uma das vitórias de Derani na categoria, em 2018.

Agora será a primeira vez no circuito ao lado de seu novo companheiro, o britânico Alexander Sims. A bordo do #31 Whelen Engineering Cadillac V-Series.R, a dupla ocupa a vice-liderança do campeonato na classe GTP, a apenas um ponto dos líderes.

Vencedores das 12 Horas de Sebring, em março, quando também dividiram o carro com Jack Aitken, eles buscam a segunda vitória do time na temporada 2023.

"Laguna Seca é sempre uma pista desafiadora, com falta de aderência, subidas e descidas. Então, será interessante ver como os novos carros irão reagir", comentou Derani, lembrando que nesta temporada as equipes estrearam um novo carro híbrido.

"Vimos este ano que em algumas pistas onde éramos fortes, em comparação com o nosso DPi, como Sebring e Long Beach, com a nova regra a vantagem desapareceu. Com isso em mente, esperamos que a vantagem que nossos rivais tiveram em Laguna no passado também desapareça e que possamos ter a chance de vencer", completou Derani, que foi campeão do IMSA em 2021.

Os treinos em Laguna Seca terão início nesta sexta-feira (12), com uma sessão livre. No sábado (13), o classificatório está previsto para as 16h55 (de Brasília). No domingo, a prova, com 2h40 de disputas, terá sua largada às 16h10 (de Brasília) e poderá ser acompanhada ao vivo pelo aplicativo do IMSA ou pelo site https://www.imsa.com/tv/.

Governador reforça compromisso municipalista com prefeitos e vereadores

Com o objetivo de reforçar parcerias entre a gestão estadual e os 645 municípios paulistas, representantes de órgãos e secretarias do Governo de São Paulo participam do 65º Congresso Estadual de Municípios em estandes de atendimento presencial a prefeitos e gestores locais.

No evento em Ribeirão Preto, o Estado levou secretários estaduais e agentes técnicos para tirar dúvidas sobre convênios e parcerias com prefeituras e autarquias municipais. Ao discursar na abertura do evento na última terça (10), o governador Tarcísio de Freitas destacou o compromisso municipalista da gestão estadual.

"Vamos caminhar junto com os municípios. Vamos ter um governo municipalista de verdade, criando oportunidades e abrindo portas do Governo do Estado", disse o governador. "Os gestores municipais vão poder contar sempre com o Governo do Estado e sempre terão portas abertas no Palácio dos Bandeirantes. Eu e nossos secretários estamos prontos para atendê-los da melhor forma possível para, juntos, fazer a diferença", acrescentou Tarcísio.

No estande da InvestSP, agência de promoção de investimentos do Estado vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, os gestores municipais podem conhecer programas como o TecnoCidades, programa de fomento à transformação digital nas cidades, com iniciativas como o 5G.

"O programa tem o caráter de apoiar os municípios para que se tornem mais competitivos através da inovação, que pode melhorar a vida das pessoas, mas também atrair investimentos. Nosso propósito aqui é oferecer apoio aos prefeitos, é chamá-los. Então não poderíamos ficar de fora desse evento, entendemos que os municípios mais desenvolvidos formam um estado mais desenvolvido", afirmou Estella Dantas, vice-presidente executiva da InvestSP.

Os representantes das prefeituras também são apresentados a linhas de crédito oferecidas pela Desenvolve SP, a agência de fomento do Estado, que dispõe de R$ 2 bilhões para financiamentos de projetos de prefeituras e autarquias municipais.

"A gente tem a oportunidade de levar financiamentos que os gestores municipais acabam precisando, com foco em cidades inteligentes, saneamento básico, iluminação e toda a infraestrutura necessária para uma gestão pública qualificada. Nosso papel é conversar com os prefeitos para dar sequência às operações que já estão em tratativas e também atrair novos investimentos para os municípios paulistas", afirmou Mauro Miranda, superintendente de negócios do setor público da Desenvolve SP.

As conversas não se restringem a investimentos. A Defesa Civil estadual, por exemplo, está presente em um estande para tirar dúvidas de prefeitos sobre serviços oferecidos aos municípios e quais os caminhos para solicitá-los, como obras emergenciais, equipamentos e treinamentos.

"A gente mostra tudo o que nós temos e como os prefeitos podem acessar o que oferecemos para eles: obras, aparelhos, treinamento, ajuda humanitária, equipamentos. A gente percebe que muitas vezes eles sabem que tem, mas não sabem como pedir. Aqui a gente vai explicando o passo a passo", explica o cabo Heber Costa, do setor de engenharia da Defesa Civil.

Outro programa exposto no evento é o Cidade Legal, sobre regularização fundiária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. No estande, técnicos recebem prefeitos para prestar esclarecimentos a municípios que já possuem convênios e também orientam aqueles que ainda não aderiram.

Além da segurança jurídica aos proprietários e à própria gestão municipal, a regularização fundiária é importante para a arrecadação do IPTU, uma das principais fontes de renda dos municípios. Além disso, também auxilia na identificação de moradias próximas a áreas consideradas de risco.

A 65ª edição do Congresso Estadual de Municípios pretende reunir cerca de 4 mil gestores públicos paulistas e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Estado e da União, para discutir novas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico nas cidades e apoio ao empreendedorismo regional. Também estão presentes nos estandes do evento Prodesp, Sabesp, Arsesp, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, além de secretarias como Turismo, Administração Penitenciária e Governo e Relações Institucionais.

Além dos estandes e da presença do governador, a administração estadual participa ativamente do evento por de suas secretarias e órgãos em painéis, discussões e outras atividades no evento promovido pela Associação Paulista de Municípios.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Presidente do diretório municipal e líder do (PL), o vereador Isac Felix - cristão evangélico (Batista) - sempre assumiu total apoio à candidatura pela reeleição (2024) do ex-colega e atual prefeito Ricardo Nunes (MDB)

.

PREFEITURA (São Paulo)
Completando 2 anos de mandato, Ricardo Nunes (MDB do Temer) começa a ser reconhecido até em eventos internacionais, como o do Lide, do ex-prefeito e ex-governador Doria (PSDB) em Nova Iorque (Estados Unidos)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
O maior e mais importante parlamento estadual do Brasil segue sendo Escola de política. Foi lá que o Jânio Quadros decolou na carreira meteórica (1948 - 1960) : Câmara e prefeitura paulistanas, até a Presidência do Brasil

.

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio de Freitas (Republicanos) oferecendo investimentos no Estado de São Paulo. Ontem, juntamente com banqueiros de peso, deu show em Nova Iorque (EUA) e não foi no evento do Lide, do ex-governador (PSDB) Doria

.

CONGRESSO (Brasil)
Tanto o presidente do Senado - que ainda sonha com a 2ª vaga do Lula no Supremo - como o presidente da Câmara dos Deputados, que se dá ao luxo de dar seus recados do exterior, apoiam a indicação do advogado Zanin

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O PT do Lulismo (parte 3) já convive com situações em que donos e sócios preferenciais da maioria dos partidos políticos - que juraram lealdade e fidelidade - só aceitam serem 'cobrados' pelo próprio Lula (ainda dono)

.

PARTIDOS (Brasil)
Apoio do Republicanos ao PL - do Costa Neto e família Bolsonaro - pra estar na chapa por reeleição do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB), colocará uma mulher como candidata a vice nas eleições paulistanas 2024 ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Como vai proceder - caso o ex-presidente Fernando Collor for condenado pelas acuações nos processos que responde - o agora aposentado ministro Marco Aurélio, indicado pelo sobrinho (antes do Impeachment em 1992) ?

.

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

PIB paulista tem aumento de 2% no primeiro bimestre de 2023

O Governo de São Paulo divulgou na segunda-feira (8) que o PIB paulista registrou aumento acumulado de 2% em janeiro e fevereiro de 2023, em comparação ao mesmo período do ano passado. Os dados são do indicador PIB Mensal, que é elaborado pela Fundação Seade.

"Reduzimos os custos de produção, com a diminuição da carga tributária em diferentes setores, para estimular a economia do Estado, e os levantamentos oficiais mostram que estamos no caminho certo. Nossa gestão é pró-mercado e oferece total apoio ao empreendedorismo, somos parceiros de todos que querem produzir para gerar cada vez mais empregos, renda e desenvolvimento econômico nas nossas cidades", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Em fevereiro deste ano, o índice apresentou um aumento de 0,4% em relação a janeiro e 1,1% de crescimento se comparado ao mesmo mês de 2022. No acumulado dos últimos 12 meses, comparados ao período imediatamente anterior, o PIB paulista cresceu 3%.

O crescimento econômico foi puxado, principalmente, pelos prestadores de serviços. No acumulado do ano, o setor apresentou em 2023 desempenho positivo de 3% em relação a igual período imediatamente anterior. A indústria paulista também alcançou bons resultados em fevereiro deste ano, com crescimento de 1,8% no acumulado de 12 meses.

Em âmbito geral, o PIB reflete a soma de todos os bens e serviços produzidos em dado período e determinada região. O Seade desenvolveu diferentes metodologias de cálculo do PIB em São Paulo, que permitem a análise das principais tendências da economia paulista.

Público diz adeus a Rita Lee no planetário do Ibirapuera em São Paulo

O velório da cantora Rita Lee ocorreu na manhã de quarta-feira (10) no planetário do Parque Ibirapuera, na capital paulista. As filas de fãs e admiradores para se despedir da artista, conhecida como a rainha do rock, começaram cedo. Por volta das 10h, o público começou a entrar no local onde está o corpo da cantora. No teto do planetário, está sendo exibido o céu do dia em que Rita Lee nasceu, em 31 de dezembro de 1947.

A cantora foi diagnosticada com câncer de pulmão em 2021 e desde então tratava da doença. A família confirmou a morte nas redes sociais dela na terça-feira (9). Ela morreu em sua residência, em São Paulo, no final da noite de segunda-feira. "Cercada de todo amor e de sua família, como sempre desejou", informou o comunicado da família.

Após velório, o corpo foi cremado em uma cerimônia particular, conforme desejo de Rita.

Luigi Milone Leta, 13 anos, veio do Rio de Janeiro com a mãe Mariana Milone, 43 anos. "Sou muito fã da Rita, há muito pouco tempo, uns dois anos, mas a minha vida mudou desde que eu a conheci. Eu não sou a mesma pessoa e ela abriu a minha cabeça para um monte de coisa. Eu não estava preparado pra ver ela assim, mas eu a amo", declarou.

Ele conta que a música Orra Meu é a sua preferida, pelo "deboche". Luigi diz se sentir inspirado pelo espírito livre da artista. "Pela modernidade dela, numa época tão sombria, da ditadura militar, de 1964, ela desacatou autoridades. Ela pode fazer o que ela quiser, para mim isso é uma grande influência, até hoje, parece que o mundo está melhor, a gente ainda precisa de muita Rita Lee para aprender."

A mãe do adolescente, Mariana, se diz orgulhosa do filho. "Eu admiro muito o Luigi. Desde pequenininho, ele gosta muito de arte e eu incentivo muito. E não só gosta da Rita Lee, mas do Chico Buarque, do Caetano Veloso, que realmente são compositores incríveis e que revolucionaram o mundo", afirmou à Agência Brasil.

Débora Antunes, 28 anos, que é atleta, atriz e estudante de ciências sociais, também fez questão de se despedir. "A Rita compõe parte da minha identidade. Formou parte de quem eu sou. Ela foi muito importante pra mim num período da minha vida, em que eu li a autobiografia dela. Eu estava em outro país e foi um período muito desafiador. Me identifiquei muito com ela, ouvia muitas músicas e percebi que aquilo me empoderava, me dava força. Quem ela era, representava meu lado que, às vezes, eu tinha medo de ser".

O escrevente do Judiciário, Luiz dos Reis, 57 anos, lembrou do primeiro disco de vinil que comprou. "Era o álbum Saúde. Comprei quando morava em Minas Gerais, em Sebastião do Paraíso. Era adolescente. Era uma coisa cara e rara, disco de vinil era pra poucos. Eu ouvia várias vezes, até o disco furar, acompanhando a letra no encarte", lembra com saudosismo. Ele descreve Rita como uma multiartista que teve grande influência na sua vida. "Ela meteu umas coisas na minha cabeça. Para mim, é revolucionária, contestadora, provocadora, irreverente, politizada, um símbolo feminista."

O Ibirapuera foi escolhido para a cerimônia de despedida por ser um local afetivo para Rita Lee, chamado por ela de "floresta encantada".

O filho da cantora João Lee retomou a mensagem postada ontem nas redes sociais em que descreve os pais como heróis. "São eles que acabam definindo quem somos. Com certeza, se você perguntar pra uma criança quem é o herói dela, você vai ter uma chance muito grande de saber quem essa criança vai ser ao longo da vida", disse à imprensa. Ele disse ter sido um privilégio a convivência com a mãe. "Não sei se conheci uma pessoa tão igual na minha vida, mas tive o privilégio de ter passado 43 anos com ela, aprendendo demais, recebendo os valores dela. Pra mim, vai ser eterna. Acho que pra todo mundo."

João lembrou as muitas realizações da mãe ao longo da carreira: shows, turnês, discos, cenografia, roupa. "É uma loucura a quantidade de realizações que ela teve. Mas não é por isso que é minha heroína, é pela simplicidade, dignidade, pela honestidade, que ela vivia dia a dia, mês a mês. É uma loucura a honestidade dela, de lidar com as pessoas, entender as pessoas, a forma que tinha de se comunicar com o público, com o mundo, era uma pessoa muito única", acrescentou. (Agência Brasil)

Defesa Civil participa de congresso de gerenciamento de emergências nos Emirados Árabes

O Governo de São Paulo enviou uma comitiva de representantes da Defesa Civil do Estado a Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, para participar de um congresso internacional de gerenciamento de crises e emergências.

O objetivo é aprimorar o conhecimento e compartilhar experiências sobre prevenção, combate e gestão de crise em situações de emergência junto a agências de outros países.

O secretário-chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil do Estado, coronel Henguel Ricardo Pereira, foi recebido por Ali Rashed Saeed Ali Al Neyadi, diretor-geral da Autoridade Nacional de Gerenciamento de Emergências, Crises e Desastres dos Emirados Árabes Unidos.

O evento aconteceu entre os dias 9 e 10 de maio e reuniu entidades responsáveis pela coordenação de resposta em desastres de todo o mundo.

Durante os trabalhos, os participantes trocaram informações nas áreas de gestão de crise de desastres, ajuda humanitária, tecnologia, resiliência das cidades, tendências globais e desafios do setor, além da cooperação mútua diante de catástrofes de grandes proporções.

A visita faz parte das ações de modernização e melhoria do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil de São Paulo. Em abril, uma comitiva da Defesa Civil esteve na Alemanha visitando empresas de radares e o Centro Nacional de Monitoramento Meteorológico.

A expectativa é que, até o próximo verão, São Paulo conte com novos equipamentos e tecnologias para monitoramento e emissão de alertas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Bancos tiveram lucro líquido de R$ 139 bilhões em 2022

Em 2022, os bancos tiveram lucro líquido de R$ 139 bilhões, alta de 2% em relação a 2021. Entretanto, após a recuperação a níveis pré-pandemia em 2021 e um crescimento no primeiro semestre de 2022, a rentabilidade no segundo semestre do ano passado teve redução.

De acordo com o Banco Central (BC), a razão principal para o recuo foi o aumento das despesas com provisões (reserva sobre riscos de crédito), acentuada devido ao caso das Lojas Americanas. As informações são do Relatório de Estabilidade Financeira do BC, referente ao segundo semestre de 2022, que foi divulgado na quarta-feira, (10).

Em recuperação judicial desde janeiro, as Lojas Americanas enfrentam uma crise desde a revelação de "inconsistências contábeis" de R$ 20 bilhões. Posteriormente, o próprio grupo admitiu que os débitos com os credores podem chegar a R$ 43 bilhões.

"Embora o forte aumento das despesas de provisão no último semestre de 2022 esteja relacionado a esse evento das Americanas, a materialização do risco tem resultado no elevado aumento dessas despesas de forma geral. Também contribuíram para a redução da rentabilidade o declínio do ritmo de crescimento das rendas de serviços e a pressão da inflação sobre as despesas administrativas", diz o documento, citando ainda leve piora da eficiência operacional das instituições.

De acordo com o BC, a rentabilidade do sistema deve continuar sob pressão no médio prazo, considerando a perspectiva de atividade econômica mais fraca em 2023, de menor crescimento do crédito e de inadimplência e inflação elevadas.

O relatório destaca que, embora o mercado de crédito continue crescendo em ritmo elevado, a desaceleração foi mais acentuada nas operações de maior risco do Sistema Financeiro Nacional (SFN) com pessoas físicas, como as ligadas a cartões de crédito.

"No geral, o crédito às pessoas físicas arrefeceu, exceto o crédito rural e o crédito imobiliário, cujas taxas de crescimento mantiveram-se estáveis. O crédito às empresas desacelerou em ritmo mais suave. Isso porque o crédito seguiu elevado devido aos programas emergenciais para microempresas, ao financiamento de capital de giro e investimento para pequenas empresas e ao financiamento de bens e operações de 'risco sacado' para empresas médias", diz o BC, acrescentando que o mercado de capitais manteve-se como fonte relevante de financiamento, sobretudo para as grandes empresas.

Ainda assim, as instituições financeiras permaneceram apostando em carteiras mais arriscadas. "Apesar do recuo no ritmo de crescimento, o crédito ainda cresceu forte em modalidades mais arriscadas às famílias, como cartão de crédito e crédito não consignado", diz o documento.

Testes de estresse

O relatório do BC apresenta ainda os resultados de diversas análises de risco e dos testes de estresse do sistema bancário, que "continuam indicando não haver risco relevante para a estabilidade financeira".

"Os testes de estresse de capital indicam que não há ocorrência de desenquadramentos em montante relevante nos cenários macroeconômicos adversos. Os resultados obtidos nas análises de sensibilidade também indicam boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente, além de estabilidade de resultados em comparação com testes feitos anteriormente. O teste de estresse de liquidez indica quantidade confortável de ativos líquidos em caso de saídas de caixa em condições adversas ou choque nos parâmetros de mercado no curto prazo", explicou o BC.

No teste de estresse, o BC simula o quanto uma situação de severa inadimplência e de corrida aos bancos impacta o cumprimento dos limites regulatórios mínimos pelas instituições financeiras e quanto a autoridade monetária precisaria aportar ao sistema financeiro. Entre esses limites estão a manutenção de uma reserva em caixa para garantir que os bancos paguem todos os clientes que forem sacar dinheiro em momentos de crise. São testados também os riscos de crédito, juros, câmbio e desvalorização de imóveis.

O BC considerou dois cenários, o primeiro de queda na atividade econômica e no consumo das famílias, aumento do desemprego, queda da inflação e das taxas de juros; e o segundo cenário de um aumento de incerteza na economia, com deterioração fiscal, alta do câmbio, elevação da taxa de juros e pressão da inflação.

Eventos climáticos

O Banco Central pesquisou também questões relacionadas a riscos climáticos e seus efeitos na estabilidade financeira dos bancos. As secas e as inundações são os eventos climáticos físicos de maior impacto nos ativos das instituições financeiras, sobretudo em horizontes acima de cinco anos.

"Os riscos climáticos de transição são classificados como de baixo impacto nos ativos. A inadimplência é a principal forma pela qual os riscos climáticos podem ameaçar a estabilidade financeira. Em 2022, cerca de 16% das instituições financeiras identificaram impactos de risco climático nas suas operações de crédito. O sistema financeiro tem procurado reduzir tanto a exposição a riscos climáticos quanto o seu próprio impacto ambiental", diz o BC.

De acordo com o relatório, a inadimplência pode resultar de crise financeira nos setores que dependem de maneira intensiva dos recursos naturais, que podem sofrer um efeito climático severo. Entre os exemplos estão quebra de safras, prejuízo nos transportes, diminuição na prestação de serviços e interrupção das cadeias produtivas. (Agencia Brasil)

Indústria brasileira cresce 1,1% em março após duas quedas seguidas

A produção industrial brasileira teve alta de 1,1% em março deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de duas quedas consecutivas (em janeiro e fevereiro) e um mês de estabilidade (dezembro de 2022). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada na quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor também apresentou crescimento na comparação com março de 2022 (0,9%). No entanto, a produção acumula queda de 0,4% no ano e estabilidade no acumulado de 12 meses.

Na comparação com fevereiro deste ano, a indústria avançou em 16 dos 25 ramos pesquisados, com destaque para as atividades de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%), máquinas e equipamentos (5,1%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (6,7%).

Outras influências relevantes para o crescimento da indústria vieram de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (3,2%), outros equipamentos de transporte (4,8%), produtos químicos (0,6%), couro, artigos para viagem e calçados (2,8%) e de produtos de minerais não metálicos (1,2%).

Um segmento manteve-se estável (produtos diversos) e oito apresentaram queda, entre eles confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,7%), móveis (-4,3%) e produtos de metal (-1%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, três tiveram alta de fevereiro para março: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (6,3%), bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo (0,9%) e os bens de consumo duráveis (2,5%).

A exceção ficou com os bens de consumo semi e não duráveis, que recuaram 0,5% no período.

Segundo o pesquisador do IBGE André Macedo, apesar da alta de março, ela não foi suficiente para recuperar as perdas recentes. Ele afirma que há elementos na conjuntura do país que explicam parte das dificuldades na recuperação do setor industrial brasileiro.

"Ainda permanecem no nosso escopo de análise as questões conjunturais, como a taxa de juros em patamares mais elevados, que dificultam o acesso ao crédito, a taxa alta de inadimplência e o maior nível de endividamento por parte das famílias, assim como o grande número de pessoas fora mercado de trabalho e a alta informalidade", informou o pesquisador, segundo nota divulgada pelo IBGE. (Agencia Brasil)

Haddad chega ao Japão para reforçar posição do país no cenário global

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já está no Japão para a reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G7, grupo das sete maiores economias do mundo, formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Haddad participa do evento como convidado, assim como representantes de outros países emergentes como Indonésia e Índia.

Segundo o Ministério da Fazenda, em seus discursos, o ministro vai reforçar a relevância do Brasil no cenário internacional e discutir reformas necessárias para a economia, além de criar laços com os atores do G7 e seus convidados.

Haddad chegou a Tóquio na quarta-feira (10) e nesta quinta-feira (11) viaja de trem para Niigata, cidade sede do G7 financeiro. A primeira atividade será um encontro com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, para tratar da reforma do Banco Mundial, entre outros temas de interesse bilateral.

Na sexta-feira (12), o ministro conversa com o economista Joseph Stiglitz sobre a política industrial verde. As atividades do G7 começam neste dia e Haddad tem presença confirmada em todas as sessões.

"A primeira mesa, que contará também com a presença de Stiglitz, abordará o futuro do Estado de bem-estar social. A segunda sessão discutirá a macroeconomia dos países emergentes, e a terceira focará no desafio do financiamento, sobretudo na área de infraestrutura", informou o Ministério da Economia.

O retorno para o Brasil está previsto para sábado (13).

A convite do primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também irá ao Japão participar do segmento de engajamento externo da Cúpula do G7, em Hiroshima, nos dias 20 e 21 de maio.

Na ocasião, acontecem as reuniões de alto nível do grupo, com a participação dos presidentes dos países.

Esta será a sétima participação de Lula na reunião do G7. O presidente brasileiro esteve presente em seis reuniões do grupo, entre 2003 e 2009. (Agencia Brasil)

Idec pede multa ao Telegram por mensagem contra PL das Fake News

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) encaminhou um pedido à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) para que o aplicativo de mensagens Telegram seja punido por ter propagado mensagens contra o Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020), que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Para o Idec, a Senacon precisa aplicar ao Telegram as mesmas medidas cautelares que foram impostas ao Google e que determinam a retirada dessas mensagens.

Na semana passada, a Senacon impôs uma série de medidas ao Google, tais como sinalizar ao usuário como publicidade esse e outros conteúdos contrários à aprovação do PL 2630 e começar a veicular as posições favoráveis ao projeto de lei. Se descumprir as determinações da Senacon, a empresa será multada em R$ 1 milhão por hora.

De acordo com o Idec, o ofício foi enviado na terça-feira (9) e solicita que o Telegram deixe de utilizar a plataforma para defender seus próprios interesses econômicos e políticos sem sinalizar para o usuário suas intenções.

Na terça-feira, o Telegram enviou mensagem aos seus usuários alegando que a "democracia está sob ataque no Brasil" e acusando o projeto de lei de dar "poderes de censura sem supervisão judicial prévia". Para o disparo dessas mensagens, o Telegram utilizou o mesmo usuário que utiliza para enviar informações relativas à segurança da conta de usuários e informações de interesse público, como o combate a notícias falsas no contexto eleitoral.

De acordo com a especialista do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec Camila Leite Contri, a ação do Telegram é uma afronta aos direitos das pessoas consumidoras. "É uma atitude abusiva que explora a vulnerabilidade do consumidor. A empresa abusa do seu poder, já que aumenta o desequilíbrio de informação junto aos usuários do aplicativo. Com o objetivo de privilegiar os próprios interesses econômicos, o Telegram utiliza de um canal feito exclusivamente para dar recados de segurança ou de interesse público aos usuários para fazer esse tipo de propaganda enganosa", disse.

Na quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal(STF), mandou o Telegram apagar a mensagem que foi enviada terça-feira e determinou que a plataforma deverá enviar nova mensagem aos usuários afirmando que a publicação configura "flagrante e ilícita desinformação" por ter afirmado que a eventual aprovação do projeto de lei pode ser entendida como censura.

Logo após determinação do ministro, o Telegram retirou a mensagem do ar e enviou uma nova aos seus usuários, informando que estava cumprindo uma determinação judicial. "Recebemos uma ordem do Supremo Tribunal Federal do Brasil que obriga o Telegram a remover nossa mensagem anterior sobre o PL 2630/2020".

"Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunica que a mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares", escreveu o Telegram. (Agencia Brasil)

Portos do Paraná e Porto de Rotterdam firmam parceria para promover sustentabilidade

A Portos do Paraná e o Porto de Rotterdam assinaram na quarta-feira (10), na Holanda, uma parceria para estabelecer o desenvolvimento de energias renováveis nos portos de Paranaguá e Antonina. A intenção é compartilhar iniciativas e conhecimento para tornar os portos paranaenses mais sustentáveis, reduzindo o uso de carbono e investindo em novos sistemas energéticos, como o hidrogênio verde e a energia eólica.

"A autoridade portuária holandesa é uma das maiores lideranças globais neste sentido e reconheceu os portos paranaenses como um dos precursores brasileiros, em decorrência do trabalho que já vem sendo realizado nos últimos quatro anos. Este é um passo importante para a construção do porto do futuro, com novos negócios gerando emprego e renda para as pessoas, mas com o menor impacto possível no clima e na natureza", destacou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A assinatura do memorando de entendimento faz parte do programa de colaboração "Green Ports Partnership", que terá duração de três anos. "É um orgulho para todos os paranaenses ter este reconhecimento e ser um dos escolhidos para esta parceria. As iniciativas ligadas à transição energética são muito novas e a escolha do Paraná foi baseada no ambiente inovador que o Paraná oferece", reforçou o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex.

O acordo prevê o intercâmbio de conhecimento com o propósito de mitigar riscos e criar um impacto positivo, em particular, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). "Estas metas mundiais foram estipuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem cumpridas até 2030. Os portos do Paraná são signatários e trabalham constantemente para minimizar os efeitos negativos da atividade portuária no entorno", complementou o diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Ribeiro Santana.

Ele citou como exemplos de cuidados ambientais já adotados o programa de permacultura e atendimento das comunidades ribeirinhas, plantio de mudas e o Porto em Ação, para atendimento de trabalhadores e caminhoneiros. (AENPR)

Juiz da Lava Jato envia à PF novo depoimento de Tacla Duran

O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal em Curitiba, encaminhou à Polícia Federal (PF) depoimento prestado pelo advogado Rodrigo Tacla Duran na terça-feira (9). Appio enviou o caso aos policiais federais por considerar graves os fatos relatados por Tacla Duran.

"Diante da imensa gravidade dos fatos supostamente criminosos noticiados na audiência da tarde de hoje [ontem, terça-feira] pela testemunha Rodrigo Tacla Duran, encaminhe-se cópia da presente audiência para o Sr. Superintendente da Polícia Federal do Paraná para as providências que julga cabíveis", diz despacho do juiz.

Duran foi ouvido na condição de testemunha em denúncia contra o ex-presidente do Equador Jorge Glas.

No depoimento ao juiz Appio, o advogado, que atuou para empreiteiras como a Odebrecht, relatou existir um esquema de "proteção" a doleiros, a partir do pagamento de uma taxa ou "mesada". Com o pagamento recorrente da taxa, não haveria "persecução penal" desses doleiros pelos procuradores da Lava Jato. Segundo ele, quem não pagava a propina era denunciado e sofria ameaças para delatar. Ele cita o doleiro Wu Yu-Sheng e o ex-procurador Carlos Fernando dos Santos Lima.

Tacla Duran é réu em um dos processos da Lava Jato.

Em março, durante audiência com o juiz Eduardo Appio, o advogado disse que foi alvo de perseguição por não aceitar ser extorquido durante o processo em que é réu.

Duran disse que foi procurado por uma pessoa que atuou como cabo eleitoral da campanha do então candidato ao Senado Sergio Moro e um advogado ligado à esposa dele, Rosangela Moro, que teria oferecido um acordo de delação premiada durante as investigações.

A partir das menções, Appio decidiu enviar o caso ao Supremo, tribunal responsável pela análise de questões envolvendo parlamentares com foro privilegiado.

Após a divulgação do depoimento, o senador Moro disse que não teme qualquer investigação: "Desde 2017 Tacla Duran faz acusações falsas, sem qualquer prova, salvo as que ele mesmo fabricou". (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

CNPJ/MF n.º 41.813.235/0001-80 - NIRE 3530056780-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2023

Data, Hora e Local: 31/03/2023, às 10h00, na sede social no Município de São Paulo/SP. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação e Publicações:** Dispensadas tendo em vista a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Benjamin André Pascal Jean-Pierre** que convidou a mim, **Marlon Fabiano Rosa da Cruz** para secretariá-lo. **Deliberações**: A Acionista aprovou sem ressalvas ou restrições: **(a)** a redução do capital social da Companhia, que já se encontra totalmente subscrito e integralizado, de **R$ 5.833.341,00** para **R$ 5.499.999,00**, de acordo com o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital atual está excessivo para a consecução dos objetivos da empresa. Ressalta-se que a redução no montante de **R$ 333.342,00** será realizada sem alterar o número de ações emitidas pela Companhia, que permanecerá em 97.080.636 ações. **(b)** A Companhia restituirá integralmente à Acionista única **Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.** o montante correspondente a redução de capital, no valor de **R$ 333.342,00** (trezentos e trinta e três mil e trezentos e quarenta e dois reais), mediante entrega em moeda corrente nacional. **(c)** Registra-se que, em razão da redução de capital prevista no item (a) acima, e de acordo com o artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, a redução de capital só será efetivada após a publicação exigida por lei e decorrido o prazo legal de 60 dias para manifestação dos credores, sem impugnação. **(d)** A redução da reserva legal da Companhia **de** R$ 1.157.000,00 **para** R$ 1.100.000,00, representando uma diminuição de R$ 57.000,00, em conformidade com o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **(e)** Após a redução de capital da Companhia mencionada no item (a) acima, e decorrido o prazo mencionado no item (c) acima, o Artigo 5 do Estatuto Social será alterado para a seguinte nova redação: "***Capítulo 2. Capital Social: Artigo 5.*** *O capital social da Companhia é de R$ 5.499.999,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, bens e créditos. O capital social é representado por 97.080.636 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal.*" **(f)** Os Diretores da Companhia estão autorizados a tomar todas as medidas necessárias para efetivar a redução de capital e restituição à acionista, incluindo a publicação desta ata para os fins do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações. Após o prazo legal para contestação de terceiros, a presente ata será registrada na Junta Comercial competente, e os Diretores poderão assinar todos os documentos necessários para cumprir essas finalidades. **(g)** Aprovar, em virtude das deliberações acima, a consolidação do Estatuto Social, o qual passará a vigorar nos termos do Anexo I. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata**. Não havendo mais assuntos a serem tratados, foi concedida a palavra à acionista e, na ausência de manifestações, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Após a leitura e aprovação pelos presentes, a ata foi assinada por todos. São Paulo (SP), 31/03/2023. Mesa: **Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton** Presidente; **Marlon Fabiano Rosa da Cruz -** Secretário. Acionista: **Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.** Por: Benjamin André Pascal Jean-Pierre Mariton - Diretor Financeiro.

PERKONS S/A

CNPJ nº 82.646.332/0001-02 - NIRE nº 41300020728

ATA DA 61ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Data, Hora e Local: Realizada às 14:00 horas do dia 03 de maio de 2023, na sede social da Companhia, localizada na Rua Inajá, nº 366, Centro, em Pinhais, Estado do Paraná. **2. Convocação:** Cartas-convites aos acionistas, expedidas com a antecedência legal **3. Presenças**: Acionistas representando a totalidade (100%) do capital social, conforme registrado no livro de Presença de Acionistas. **4. Publicações:** Dispensadas as publicações diante do comparecimento de 100% (cem por cento) dos acionistas, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos, que convidou o Sr. Regis Eidi Nishimoto para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia:** Aumento de Capital Social da Sucursal da Empresa na República do Peru. **6. Deliberações**: **a)** No dia do estabelecimento da filial da empresa na República do Peru, foi acordado alocar a quantia de S/4.908,00 (quatro mil novecentos e oito com 00/100 Soles) como capital social, conforme consta na ata da 32ª Assembleia Geral Extraordinária, datada de 22 de novembro de 2016. Consciente dos esforços que a Sucursal vem realizando perante o Ministério de Transportes e Comunicações do Peru, a fim de obter o Licenciamento Postal, necessário para prestar o serviço postal como parte do atividades da empresa, é requisito essencial, entre outros, que o capital social seja superior a 2 UIT, ou seja, pelo menos S/ 9.900,00, considerando que o valor do UIT para o ano de 2023 é S/4.950,00; Nesse sentido, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, o aumento do capital social da Sucursal da empresa constituída na República do Peru denominada Perkons S.A. - Peru, até o valor de S/10.000,00 (Dez Mil e 00/100 Soles). **b)** Autorizar o representante legal da Sucursal da empresa no Peru chamada Perkons S.A. - Peru, Sr. José Rene Cuervo Aragón, identificado com Carteira de Imigração 00770950, para assinar os documentos necessários que formalizem a aceitação da doação dos bens mencionados no item anterior, até seu respectivo registro nos Registros Públicos de Lima. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar e encerradas as matérias constantes da ordem do dia, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida em alta voz e achada exata e conforme, depois de reaberta a sessão, foi aprovada e assinada por mim, Regis Eidi Nishimoto, Secretário da Assembleia, pelo Sr. Presidente e pelos acionistas presentes. [Certifico que a presente é cópia fiel da ata lançada no Livro de Atas da Companhia].

Pinhais, 03 de maio de 2023.

LUIZ GUSTAVO CUNHA DE OLIVEIRA CAMPOS
Presidente da Assembleia

REGIS EIDI NISHIMOTO Secretário da Assembleia
EDUARDO AUGUSTO PURIN SCHAUSE Acionista

Registrado na JUCEPAR sob nr 20233066756 em 09/05/2023 - Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretario Geral.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** APARTAMENTO Nº21, A RUA GENEVE, NºS
122, 144 E 180, RESIDENCIAL SAO JUDAS III, EDIFICIO PARIS, LAUZANNE PAULISTA, EM SAO PAULO, SP, CEP:
02440-080
1º leilão 19/05/2023 as 11:00 horas
2º leilão 12/06/2023 as 11:00 horas
Local AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP
Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários:
FRANCIELIA GOMES DA SILVA OCON, CPF 011.486.328-83,
ZEFERINO OCON , CPF 012.800.878-46
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel. (11) 93285-4559, ou RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212

ARY ANDRE NETO
Leiloeiro Oficial
SED:B52425

10 - 11 - 12/05/2023

R&N ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

NIRE Nº 35.300.581.563 - CNPJ/MF nº 04.465.269/0001-02

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data: 26/04/2023. **Local**: Avenida Evaristo Delfino Pinto, nº 500, Centro, São Lourenço da Serra/SP, CEP 06890-000. **Presença:** A totalidade do capital subscrito, dispensa a publicação dos Editais de Convocação conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretora**: **MARGARETE MENDONÇA RODRIGUES**, atuando neste ato como Presidente; e **ALESSANDRO ROCCHI**, atuando neste ato como Secretário. **Deliberações:** Item "I" da ordem do dia: Os diretores que ocupam o cargo de Presidente a Sra. **MARGARETE MENDONÇA RODRIGUES,** já qualificada anteriormente, e Vice-Presidente o Sr. ALESSANDRO ROCCHI, já qualificado anteriormente, renunciam aos respectivos cargos de Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente, colocando-os à disposição em 26/04/2023. Item "II" da ordem do dia: Foi aprovada por unanimidade e "sem reservas" pelos acionistas, a indicação da nova composição da administração, sendo: **Diretor Presidente: GUIDO ROCCHI,** RG nº 25.472.165-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 274.314.968-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo. O mandato do membro da Diretoria ora eleita se encerrará em 29/02/2024. Item "III" da ordem do dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data ao membro eleito da administração, que assina esta Ata, que substituirá o Termo de Posse, confirmando o compromisso assumido, não estando impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item "IV" da ordem do dia: Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, que já considerando as alterações acima, passa a vigorar, devidamente consolidado, com redação constante no Anexo I. São Lourenço da Serra, 26/04/2023. **Margarete Mendonça Rodrigues -** Diretora Presidente - renunciante Presidente da mesa, **Alessandro Rocchi -** Diretor Vice-Presidente - renunciante -Secretário da mesa. **Guido Rocchi -** Diretor Presidente Eleito. **Dr. Flavio Rocchi Junior -** OAB/SP nº 249.767. Advogado. JUCESP nº 170.452/23-2 em 03/05/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

vivo LEILÕES ON LINE FRAZÃO Leilões

Data: 12 de maio de 2023 às 14h00

APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

Encalso Participações em Concessões S.A.

CNPJ 21.262.638/0001-70

Relatório da Administração

A Encalso Participações em Concessões S.A. ("EPC"), é uma Companhia do Grupo Encalso-Damha, foi constituída em 2 de outubro de 2014, com base na subscrição e integralização de capital no valor de R$1.000,00 (um mil Reais), dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de setembro de 2015, sua controladora Encalso Construções Ltda., subscreveu 20.000 (vinte mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de emissão da "EPC". A integralização foi feita através da transferência para a Companhia de 7.350.000 (sete milhões e trezentos e cinquenta mil) ações ordinárias e 30.000.000 (trinta milhões) de ações preferenciais de emissão da Renovias Concessionárias S.A., de titularidade da Encalso Construções Ltda.

A EPC possui sede na cidade de São Paulo - SP e tem por objeto social a participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital de outras sociedades empresariais, no país e no exterior, qualquer que seja o objeto social.

Governança Corporativa

Práticas e processos de governança corporativa são altamente valorizados pela EPC. A Companhia segue os princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e socioambiental.

O Conselho de Administração possui em Regimento interno que disciplina seu funcionamento, o qual é composto por 4 (quatro) membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral e não são remunerados. O Mandato dos membros do Conselho de Administração é de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Membro	Cargo
Sergio Lima Gabionetta	Presidente
Fabio Junior Pereira Quintiliano	Diretor de Relações com Investidores
Marco Aurélio Eugênio Damha	Conselheiro
Mário Múcio Eugênio Damha	Conselheiro
Maria Beatriz Eugênio Damha Ajimasto	Conselheiro
Maria Mônica Damha Athia	Conselheiro

Relacionamento com os auditores independentes

Adicionalmente, a política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Não há nenhum outro serviço prestado pelos auditores independentes que não seja serviço relacionado à auditoria.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – (valores em milhares de Reais)

No exercício de 2022 a Companhia obteve um Lucro líquido de R$ 212.841 (R$ 83.655 no exercício de 2021), decorrente principalmente do resultado da equivalência patrimonial de sua investida, Renovias Concessionária S.A., no valor de R$ 210.014 (R$ 85.295 no exercício de 2021).

As receitas financeiras da ordem de R$ 4 (R$ 76 no exercício de 2021), decorreram de receitas de aplicações financeiras.

Não ocorreram despesas financeiras no exercício, contra R$ 1.715 no exercício de 2021, são oriundas principalmente dos instrumentos financeiros denominados "Ações Preferencias resgatáveis" de titularidade do Banco Credit Suisse S.A., liquidadas em outubro de 2021.

As despesas administrativas e tributárias são representadas, basicamente, por taxa CVM (enquanto o registro estava ativo) e BM&F; pró-labore, serviços jurídicos e auditoria.

Reconciliação EBITDA (R$ x 1.000)	Ano 2022	Ano 2021
(=) Lucro líquido do exercício	211.564	83.655
(+) IR/CSLL	-	-
(+) Despesas financeiras	15	1.715
(-) Receitas financeiras	(4)	(76)
(+) Depreciação/amortização	-	-
(=) EBITDA	211.575	85.294

São Paulo, 10 de abril de 2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	537
Tributos a recuperar		1.362	845
Total do ativo circulante		**1.363**	**1.382**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	7	247.448	245.558
Depósitos judiciais		518	400
		247.966	**245.958**
Investimentos			
Participação em controladas em conjunto	8	99.723	67.695
Total do ativo não circulante		**347.689**	**313.653**
Total do ativo		**349.052**	**315.035**

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		6	19
Obrigações trabalhistas		10	-
Obrigações fiscais		1.015	390
Dividendos a pagar		1.370	1.031
Débitos com controladas	7	-	3.883
Total do passivo circulante		**2.401**	**5.323**
Patrimônio líquido	**9**		
Capital social	9.a	45.001	45.001
Reservas de capital	9.b	66.947	66.947
Reservas de lucros	9.b	26.214	114.946
Dividendo adicional proposto	9.b	208.489	82.818
Total do patrimônio líquido		**346.651**	**309.712**
Total do passivo e patrimônio líquido		**349.052**	**315.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital: Bônus de subscrição	Reservas de capital: Transação com sócios	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária especial de dividendos	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**45.001**	**1.000**	**65.947**	**9.000**	**639**	**105.218**	**55.487**	**-**	**282.292**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	83.655	83.655
Transferência entre reservas	-	(1.000)	1.000	-	-	55.487	(55.487)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	(52)	52	-	-	-
Distribuição de dividendos em 07/01/2021	-	-	-	-	-	(666)	-	-	(666)
Distribuição de dividendos em 03/05/2021	-	-	-	-	-	(1.432)	-	-	(1.432)
Distribuição de dividendos em 03/11/2021	-	-	-	-	-	(51.511)	-	-	(51.511)
Distribuição de dividendos em 30/12/2021	-	-	-	-	-	(1.789)	-	-	(1.789)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	82.818	(82.818)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**45.001**	**-**	**66.947**	**9.000**	**587**	**105.359**	**82.818**	**-**	**310.549**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	211.564	211.564
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	82.818	(82.818)	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.031	-	-	-	1.031
Distribuição de dividendos em 29/04/2022	-	-	-	-	-	(18.997)	-	-	(18.997)
Distribuição de dividendos em 31/10/2022	-	-	-	-	-	(153.584)	-	-	(153.584)
Juros sobre capital próprio em 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(2.614)	(2.614)
Juros sobre capital próprio em 31/12/2022 (IRRF)	-	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	208.489	(208.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**45.001**	**-**	**66.947**	**9.000**	**1.618**	**15.596**	**208.489**	**-**	**347.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA

Sérgio Lima Gabionetta – Diretor Presidente
Fábio Júnior Pereira Quintiliano – Diretor Financeiro

CONTADORA

Deborah Nazaré Pedro Dias - CRC 1SP302.991/O-5

As demonstrações financeiras completas e auditadas encontram-se à disposição dos senhores acionistas e interessados na sede social da Companhia, bem como no site https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	211.564	83.655
Outros resultados abranentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**211.564**	**83.655**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro forma)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	211.564	83.655
Ajustes por:		
Resultado da equivalência patrimonial	(212.189)	(86.208)
Juros incorridos sobre ações resgatáveis	-	1.686
	(625)	**(867)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(517)	(321)
Depósitos judiciais	(118)	(144)
Redução dos passivos		
Obrigações tributárias	625	198
Obrigações sociais e trabalhistas	10	-
Fornecedores	(13)	(54)
Caixa líquido (usado nas) atividades operacionais	**(638)**	**(1.188)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de dividendos	180.161	82.499
Mútuos com partes relacionadas	(1.890)	2.721
Caixa líquido prov. das ativ. de investimento	**178.271**	**85.220**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ações preferenciais resgatáveis		
Pagamentos de principal	-	(40.050)
Pagamentos de juros	-	(2.169)
Mútuos com partes relacionadas		
Empréstimos	(3.883)	1.529
Dividendos pagos aos acionistas	(174.286)	(48.179)
Caixa líquido usado nas ativ. de financiamento	**(178.169)**	**(88.869)**
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(536)**	**(4.837)**
Demonstração da (Red.) do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	537	5.374
No final do exercício	1	537
	(536)	**(4.837)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro forma)

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(614)	(913)
Resultado da equivalência patrimonial	8	212.189	86.208
Resultado antes do res. finan. e dos tributos		211.575	85.295
Resultado financeiro		**(11)**	**(1.640)**
Lucro do exercício		**211.564**	**83.655**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 18 de abril de 2023, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no no jornal O Dia SP nas páginas 15 a 16 (impresso) e 9 a 10 (digital), no dia 10 de março de 2023. **5. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2023 e 2024; **(iii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iv)** a eleição/reeleição de membros do Conselho de Administração; **(v)** a instalação do Conselho Fiscal; e **(vi)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados pela **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 09 de março de 2023; **(iii)** O orçamento de capital para o exercício de 2023 e 2024, no valor de R$ 120.480.000,00 (cento e vinte milhões, quatrocentos e oitenta mil reais); **(iv)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 323.371.472,56 (trezentos e vinte e três milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), que, terá a seguinte destinação: **(a)** o montante de R$ 19.642.810,41 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e dez reais, quarenta e um centavos), sendo: **(a.i)** R$ 2.593.594,51 (dois milhões quinhentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos), correspondentes a R$ 0,01733603404 por ação, foi destacado a título de juros sobre o capital próprio, conforme aprovados na Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2022; **(a.ii)** R$ 4.208.256,59 (quatro milhões, duzentos e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes a R$ 0,02812871457 por ação**,** foi destacado a título de juros sobre o capital próprio, conforme aprovados na Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2022; **(a.iii)** R$ 5.741.172,63 (cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e três centavos), correspondentes a R$ 0,03837499035 por ação**,** foi destacado a título de juros sobre o capital próprio, conforme aprovados na Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 26 de setembro de 2022**;** e **(a.iv)** R$ 7.099.786,68 (sete milhões, noventa e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a R$ 0,04745620152 por ação**,** foi destacado a título de juros sobre o capital próprio, conforme aprovados na Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2022. Os destaques de juros sobre capital próprio serão pagos conforme vier a ser oportunamente deliberado, conforme base acionária dos respectivos destaques; **(b)** o montante de R$ 64.097.372,25 (sessenta e quatro milhões, noventa e sete mil, trezentos e setenta e dois reais, vinte e cinco centavos), a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da LSA e do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, sendo que R$ 52.000,000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), correspondentes a R$ 0,34757698934 por ação, serão pagos em 27 de abril de 2023 e o restante, no montante de R$ 12.097.372,25 (doze milhões, noventa e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), será pago conforme vier a ser deliberado oportunamente, conforme base acionária da presente data; **(c)** o montante de R$ 134.197.554,98 (cento e trinta e quatro milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), a título de dividendos adicionais, a serem pagos conforme oportunamente for deliberado; e **(d)** o montante de R$ 105.433.734,92 (cento e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), será destinado à Reserva de Retenção de Lucros da Companhia. **(v)** A eleição/reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, os Srs.: **(i) MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 06.470.370-5/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 081.286.358-59, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº. W616562-V/CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06; **(ii) ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.527.699-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 468.919.357-68, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **MARCIO YASSUHIRO IHA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 17.384.717-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 153.066.718-61;. **(iii) PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 013.879.347-67, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93; **(vi) GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES**, português, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. V548366/IDIREXEX e inscrito no CPF/MF sob o nº. 233.238.528-26, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo de suplente; todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065;**(v) SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e seu respectivo suplente, **PAULO JOSÉ DINIS RUAS**, português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. W501775-F/RNE e inscrito no CPF/MF sob o nº. 128.477.058-30, ambos com endereço profissional na Avenida Queiroz Filho, nº. 1.700, Escritório 86, bairro Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP: 05.319-000, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi) STEPHAN JOINOVICI CADIER**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 36.683.936 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 229.914.608-30, com endereço profissional na Avenida Paulista, nº. 1842, Torre Norte, 23º andar, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.311-200, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o cargo de suplente, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. As Acionistas aprovaram, ainda, a reeleição do Sr. **MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, para ocupar a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; **(vi)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 15 do Estatuto Social; e **(vii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2023, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 18 de abril de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3) MITSUI & CO.,LTD.**, por Stephan Joinovici Cadier. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 170.438/23-5 em 03.05.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Alameda Acre Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 24.765.793/0001-06

voltalia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante	**23.408**	**2.899**	**31.180**	**6.783**
Caixa e equivalente de caixa	21.159

CEM Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF: 01.828.436/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras em milhares de reais, referentes ao período de 2021 a 2022, ficando esta Diretoria à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes	4	28	26
Aplicações financeiras	5	499.696	355.965
Contas a receber	6	21.414	18.501
Estoques	7	864	864
Impostos a recuperar		1	19
Outros créditos		577	641
Total ativo circulante		522.580	376.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.100	–
Depósitos judiciais	11	12	12
Propriedades para investimento	9	1.047.629	1.008.896
Total ativo não circulante		1.052.741	1.008.908
Total Ativo		**1.575.321**	**1.384.924**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		494	380
Tributos e contribuições a recolher	10	36.227	27.838
Juros sobre capital próprio a pagar		75.650	48.450
Outras contas a pagar		7.229	5.402
Total passivo circulante		119.600	82.070
Provisão para riscos	11	15.000	12.000
Total passivo não circulante		15.000	1 2.000
Total passivo		134.600	94.070
Capital social	12	900.000	850.000
Reserva legal	12	30.010	19.940
Reserva de lucros	12	510.711	420.914
Total patrimônio líquido		1.440.721	1.290.854
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**1.575.321**	**1.384.924**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**800.000**	**16.130**	**353.452**	**–**	**1.169.582**
Aumento de capital por subscrição	12	45.050	–	–	–	45.050
Aumento de capital por bonificação	12	4.950	–	(4.950)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	133.222	133.222
Juros sobre capital próprio creditados	12	–	–	–	(57.000)	(57.000)
Constituição de reserva legal	12	–	3.810	–	(3.810)	–
Constituição de reserva de lucros	12	–	–	72.412	(72.412)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**850.000**	**19.940**	**420.914**	**–**	**1.290.854**
Aumento de capital por subscrição	12	37.450	–	–	–	37.450
Aumento de capital por bonificação	12	12.550	–	(12.550)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	201.417	201.417
Juros sobre capital próprio creditados	12	–	–	–	(89.000)	(89.000)
Constituição de reserva legal	12	–	10.070	–	(10.070)	–
Constituição de reserva de lucros	12	–	–	102.347	(102.347)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**900.000**	**30.010**	**510.711**	**–**	**1.440.721**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	**13**	**220.531**	**169.296**
Custo operacional		(15.559)	(12.260)
Lucro Bruto		**204.972**	**157.036**
Despesas Gerais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.134)	(1.238)
Resultado de provisões	14	(3.000)	–
Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos		**200.838**	**155.798**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	15	52.079	16.521
Lucro antes do IR e CS		**252.917**	**172.319**
IR e CS			
IR e CS - correntes	16	(56.600)	(39.097)
IR e CS - diferidos	16	5.100	–
		(51.500)	(39.097)
Lucro Líquido do Exercício		**201.417**	**133.222**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	201.417	133.222
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente	201.417	133.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		201.417	133.222
Ajustes para conciliar o lucro após imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(5.100)	–
Depreciação	9	15.559	12.260
Provisão para riscos	11	3.000	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(2.912)	(1.892)
Estoques		–	–
Impostos a recuperar		18	(18)
Outros créditos		64	1.353
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		114	(4.588)
Tributos e contribuições a recolher		54.069	37.632
Outras contas a pagar		1.827	(4.566)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(45.680)	(33.419)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		222.376	139.984
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicação financeira		(143.731)	(8.704)
Aquisição de ativo imobilizado		(54.293)	(122.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(198.024)	(131.460)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	12	(61.800)	(53.600)
Aumento de capital por subscrição	12	37.450	45.050
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.350)	(8.550)
Aumento (Diminuição) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**2**	**(26)**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do exercício		26	52
Saldo no final do exercício		28	26
Aumento (Diminuição) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**2**	**(26)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A CEM Administração e Participações S.A. ("CAP" ou "Sociedade") tem por objeto a administração de bens próprios, compra e venda de imóveis próprios e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista e existirá por prazo indeterminado. A sua principal operação está relacionada ao aluguel de imóveis, lojas e centro de distribuição, para sua parte relacionada Lojas Cem S.A. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC" e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Sociedade. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** A Sociedade reconhece a depreciação de suas propriedades para investimento com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. **b) Provisão para riscos:** Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e envolvem grau de subjetividade com relação ao nível de risco e valores envolvidos. **3. Principais Políticas Contábeis:** O sumário das principais políticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as quais foram aplicadas de forma consistente neste exercício, estão apresentadas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Fundos de Investimentos, os quais são demonstrados ao valor inicial de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. **c) Contas a receber:** As contas a receber de aluguéis são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazo de acordo com seu vencimento, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. **d) Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edificações mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. São mensuradas pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil remanescente estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente zerado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de propriedades para investimento é baixado após alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item de propriedades pra investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **e) Redução ao valor recuperável - "impairment":** No fim de cada exercício, a Administração da Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **f) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto quando reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo de sua classificação. Os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Sociedade, quando aplicável, reconhece provisão para perdas em ativo financeiro, mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como, contratos de garantia financeira. O valor das perdas de créditos esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. As perdas de créditos esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Sociedade, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Sociedade não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Sociedade pode ter que pagar. Se a Sociedade retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Sociedade baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando as suas obrigações vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado, quando aplicável. **g) Imposto de renda e contribuição social:** As despesas com imposto de renda e contribuição social representam a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** São constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, sendo registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. **Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos até a data do balanço. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas para o cálculo envolvido. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data-base das demonstrações financeiras. **i) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas-bases das demonstrações financeiras. **j) Receita de contratos de aluguéis:** A receita de aluguéis é reconhecida conforme o uso do imóvel pelo locatário nos termos dos contratos firmados. **k) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **l) Pronunciamentos contábeis e interpretações:** Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios subsequentes: **a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:**

Norma	Requerimento
CPC 15 (R1) - Referências à estrutura conceitual	Exige que alterações dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes, o comprador adota o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 21 - Tributos, o comprador adota o ICPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
CPC 27 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
CPC 25 - Contratos onerosos - Custo cumprimento do contrato	As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados aos contratos compreendem os custos incrementais desse contrato e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos.
CPC 48 - Instrumentos financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiros deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

A Sociedade não observou impactos significativos nas demonstrações financeiras referentes ao aspectos acima mencionados. As alterações dos pronunciamentos contábeis CPC 29 e CPC 37 não são aplicáveis à Sociedade. **b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes:** A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2022.

Norma	Requerimento
CPC 50 - Contratos de seguro	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante e Apresentação das demonstrações financeiras	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações também modificam as exigências com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
CPC 23 - Definição de estimativas contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
CPC 32 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras derivadas dessas normas. As alterações dos pronunciamentos contábeis CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2) não são aplicáveis à Sociedade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	28	26
Total	**28**	**26**

5. Aplicações Financeiras:	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos	499.696	355.965
Total	**499.696**	**355.965**

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com baixo risco e rentabilidade média no ano de 13,4%, demonstradas ao valor de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. **6. Contas a Receber:** Os créditos estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	21.414	18.501
Total	**21.414**	**18.501**

Os créditos referem-se aos aluguéis a receber das Lojas Cem S.A. (parte relacionada), com vencimento em 30 dias. Não há provisão para perdas de crédito esperadas pelo fato de não existir títulos vencidos e não liquidados.

7. Estoque:	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis para revenda	863	863
Total	**863**	**863**

O estoque está contemplado por dois imóveis destinados à venda.

8. Partes Relacionadas: Os saldos e transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Clientes	21.414	18.501
Total	**21.414**	**18.501**
Passivo circulante		
Juros sobre o capital próprio creditados	(75.650)	(48.450)
Total	**(75.650)**	**(48.450)**

As transações estão demonstradas a seguir:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de aluguéis	239.367	182.412
Juros sobre o capital próprio creditados	(75.650)	(48.450)
Remuneração da administração	(192)	(192)

As receitas com aluguéis com partes relacionadas referem-se integralmente às Lojas Cem S.A. Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados pelo valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

9. Propriedade para Investimento:

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios	841.235	(158.266)	682.969	637.453	(142.706)	494.747
Obras em andamento	26.112	–	26.112	188.830	–	188.830
Terrenos	338.548	–	338.548	325.319	–	325.319
Total	**1.205.895**	**(158.266)**	**1.047.629**	**1.151.602**	**(142.706)**	**1.008.896**

A movimentação das propriedades para investimentos nos exercícios de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferência	31/12/2022
Edifícios	494.747	3.302	(15.559)	200.481	682.971
Obras em andamento	188.830	37.762	–	(200.481)	26.111
Terrenos	325.319	13.229	–	–	338.548
Total	**1.008.896**	**54.293**	**(15.559)**	**–**	**1.047.630**

	31/12/2020	Adições	Depreciação	Transferência	31/12/2021
Edifícios	473.610	–	(12.258)	35.741	497.093
Obras em Andamento	117.102	105.123	–	(35.741)	186.484
Terrenos	307.687	17.632	–	–	325.319
Total	**898.399**	**122.755**	**(12.258)**	**–**	**1.008.896**

A Sociedade revisa anualmente a vida útil dos bens das propriedades para investimentos e, para 31 de dezembro de 2022, concluiu que as vidas úteis remanescentes estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas no exercício anterior. A taxa anual praticada pela Sociedade é 2% ao ano. A Sociedade mantém contratos de aluguéis com partes relacionadas em montantes anuais de aproximadamente R$240.000; substancialmente, esses contratos têm prazos de 5 anos. Nos próximos anos, esses contratos estabelecem aluguéis nos montantes de R$ 238.097 - 2023, R$ 231.030 - 2024, R$ 196.248 - 2025, R$ 149.833 - 2026, R$ 77.491 - 2027.

10. Tributos e Contribuições a Recolher:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a recolher	16.183	13.070
Contribuição social a recolher	4.487	4.368
Imposto de renda retido na fonte a recolher	13.350	8.552
PIS e COFINS a recolher	2.086	1.714
Outros	121	134
Total	**36.227**	**27.838**

11. Provisões para Riscos: A Sociedade é parte em processos administrativos de natureza tributária e cível. A Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos, constituiu provisão para a causa cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A composição da provisão e a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Constituição/ (Reversões)	Pagamentos	31/12/2022
Tributário	12.000	2.000	–	14.000
Cível	–	1.000	–	1.000
Total	**12.000**	**3.000**	**–**	**15.000**

	31/12/2020	Constituição/ (Reversões)	Pagamentos	31/12/2021
Tributário	12.000	–	–	12.000
Cível	–	–	–	–
Total	**12.000**	**–**	**–**	**12.000**

A provisão para riscos é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade possuía causas tributárias possíveis no montante de R$ 13.757 e causas cíveis possíveis no montante de R$ 930. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém depósitos judiciais no montante de R$ 12 (2021 - R$ 12) para determinadas causas judiciais; esses depósitos judiciais estão sendo apresentados no ativo não circulante. **12. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 28 de abril de 2021 foi aprovado em assembleia o aumento de capital por bonificação de 1.980.000 ações, no valor de R$ 4.950 e por subscrição de 18.020.000 ações, no valor de R$ 45.050. Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado está composto por 340.000.000 de ações, no valor nominal de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalizando o valor de R$ 850.000. Em 28 de abril de 2022 foi aprovado em assembleia o aumento de capital por bonificação de 5.020.000 ações, no valor de R$ 12.550 e aumento de capital por subscrição de 14.980.000 ações, no valor de R$ 37.450, totalizando R$ 900.000. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado está composto por 360.000.000 de ações, no valor nominal de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma. **b) Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros pode ser deliberada a qualquer momento, por decisão dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não realizou distribuição de lucros acumulados. **c) Juros sobre o capital próprio:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi levantado R$ 75.650, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no montante de R$ 13.350, a serem liquidados em anos subsequentes. Em 2021, o crédito líquido de IRRF foi R$ 48.450, totalmente liquidado em 2022, sendo R$ 37.450 através de aumento de capital e R$ 11.000 distribuídos aos acionistas. **d) Reserva legal:** A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A sua constituição se dá em 5% sobre o lucro líquido do exercício. **e) Reserva de lucros:** Conforme o artigo 29, item c do estatuto social da Sociedade, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e possível distribuição de dividendos obrigatórios e/ou JSCP ficará à disposição da assembleia geral que decidirá sua destinação, podendo mantê-lo em contas de reservas.

13. Receita Líquida:	2022	2021
Receita de locação bruta	242.940	184.919
Tributos sobre faturamento	(22.409)	(15.623)
Total	**220.531**	**169.296**

14. Custos e Despesas por Natureza:	2022	2021
Custo operacional	(15.559)	(12.260)
Impostos e taxas	(149)	(91)
Provisão para riscos	(3.000)	–
Despesas administrativas	(985)	(1.147)
Total	**(19.693)**	**(13.498)**

15. Resultado Financeiro:	2022	2021
Receita de juros	–	4
Receita de aplicação financeira	52.079	16.503
Outras receitas financeiras	–	14
Total das receitas financeiras	52.079	16.521
Resultado financeiro	**52.079**	**16.521**

16. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Sociedade não adotava a prática de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos; em 2022, a Sociedade apurou as diferenças temporárias acumuladas na data-base de 31 de dezembro de 2022 e registrou o montante de R$ 5.100 no ativo não circulante contra o resultado do exercício de 2022. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

Diferenças temporárias	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos	15.000	–
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.100	–

b) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal: A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal está apresentada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	252.917	172.319
Taxa de impostos combinada	34%	34%
Resultado da aplicação direta da alíquota combinada	(85.991)	(58.588)
Efeito tributário sobre as movimentações:		
Juros sobre capital próprio	30.260	19.380
Reconhecimento inicial de imposto de renda e contribuição social diferidos	5.100	–
Outras diferenças permanentes, líquidas	(869)	112
Imposto de renda e contribuição social	(51.500)	(39.096)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(56.600)	(39.096)
Diferido	5.100	–
	(51.500)	(39.096)

17. Instrumentos Financeiros: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/12/2022		31/12/2021	
Ativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	28	28	26	26
Aplicações financeiras	5	499.696	499.696	355.965	355.965
Pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Partes Relacionadas)	6	21.414	21.414	18.501	18.501
		521.138	521.138	374.492	374.492

		31/12/2022		31/12/2021	
**Pass

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002200-50.2020.8.26.0005**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Gisele Santana Pedreira Auto Peças. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002200-50.2020.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIANO PERSIANO DE CASTRO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GISELE SANTANA PEDREIRA , CPF. 296.245.998-74 , com endereço à Rua Doutor Jose Pereira Gomes, 117, Jardim das Oliveiras, CEP 08111-310, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: Cobrança do valor de R$ 18.000,00 representada pela Cédula de Credito Bancário, Financiamento nº 004.445.982 , deixando a executada de efetuar o pagamento. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para o pagamento integral do débito no prazo de 03 dias ou no prazo de 15 dias oferecer embargos à execução podendo no mesmo prazo firmar pedido de parcelamento do débito mediante reconhecimento da dívida e depósito judicial de 30% do valor da execução, incidente também sobre custas e honorários e pagamento do saldo de 70% em seis parcelas mensais, corrigidas monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não havendo manifestação nos autos , a executada será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de abril de 2023. 10 e 11 / 05 / 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1013878-64.2017.8.26.0006**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços. Exequente: Cruz Azul de São Paulo. Executado: Sabrina Fernanda Nemeth. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1013878-64.2017.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Deborah Lopes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Sabrina Fernanda Nemeth (CPF. 278.860.708-36) e Sabrina Fernanda Nemeth NIRE nº 35123562677 (CNPJ. 10.295.721/0001-20), que Cruz Azul de São Paulo lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 3.664,91 (março de 2019), representada pelo Contrato de Prestação de Serviços Educacionais-2014. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 774,64. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2023. 10 e 11 / 05 / 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1010508-47.2021.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Valéria Lorena Carla Carlucci, Alessandro Giuseppe Carlucci e Maria Tereza Andrade Mendonça de Almeida Carlucci, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ricardo Hilário Dametto e Monica Rabaca Soares ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 2.851, apto. 142, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01401-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|11,12|**

AUGUSTUS HOLDING S.A.

CNPJ nº 09.334.007/0001-14

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ficando outrossim, esta Diretoria à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

São Paulo, 28 de Abril de 2023

A Diretoria

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes	3	201	364	Fornecedores		4	19
Impostos a recuperar		4	2	Obrigação fiscais		2	
Total do ativo circulante		**205**	**366**	Dividendos a pagar	5b	11.599	19.806
Não circulante				**Total do ativo circulante**		**11.605**	**19.825**
Investimentos	4	334.564	281.186	**Não circulante**			
Imobilizado		65	82	Partes relacionadas		47	47
Total do ativo não circulante		**334.629**	**281.268**	Adiantamento para futuro aumento de capital		525	525
				Total do passivo não circulante		**572**	**572**
				Patrimônio líquido			
				Capital social	5a	125.000	125.000
				Reserva legal	5c	15.838	13.396
				Ajustes de avaliação patrimonial		169.145	124.043
				Reserva de retenção de lucro	5c	12.674	(1.202)
				Total do patrimônio líquido		**322.657**	**261.237**
Total do ativo		**334.834**	**281.634**	**Total do passivo**		**334.834**	**281.634**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	49.502	84.156
Outras Receitas não Operacionais		–
Despesas administrativas e gerais	(670)	(764)
Lucro antes dos resultados financeiros	48.832	83.392
Receitas financeiras	6	4
Despesas financeiras	(1)	(3)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.837	83.393
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	–	–
Lucro líquido do exercício	**48.837**	**83.393**
Quantidade de ações no final do exercício	**117.745**	**117.745**
Lucro por ação no final do exercício	**0,415**	**0,708**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**125.000**	**9.226**	**74.439**	**(829)**	**–**	**207.836**
Variação na carteira de ações	–	–	–	(373)	–	(373)
Reversão dividendos distribuídos em 2020, conforme AGO de 26.07.21	–	–	4.087	–	–	4.087
Lucros distribuídos, conforme AGO/E 05.02.21 e 05.04.2021	–	–	(13.900)	–	–	(13.900)
Lucro do exercício	–	–	–	–	83.393	83.393
Destinação do resultado:						
• Constituição da reserva legal	–	4.170	–	–	(4.170)	–
• Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(19.806)	(19.806)
• Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	59.417	–	(59.417)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**125.000**	**13.396**	**124.043**	**(1.202)**	**–**	**261.237**
Variação na carteira de ações	–	–	–	13.876	–	13.876
Reversão dividendos distribuídos em 2021, conforme AGO de 05.05.22	–	–	19.806	–	–	19.806
Lucros Distribuídos, conforme AGO/E	–	–	(9.500)			(9.500)
Lucro do exercício	–	–	–	–	48.837	48.837
Destinação do resultado:						
• Constituição da reserva legal	–	2.442	–	–	(2.442)	–
• Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(11.599)	(11.599)
• Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	34.796	–	(34.796)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**125.000**	**15.838**	**169.145**	**12.674**	**–**	**322.657**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.837	83.393
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	(49.502)	(84.156)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(1)	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(15)	6
Obrigações tributárias	1	1
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	**(680)**	**(757)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(13.876)	504
Imobilizado	17	7
Dividendos recebidos	10.000	14.700
Dividendos pagos	(9.500)	(13.900)
Variação na carteira de ações	13.876	(504)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**517**	**807**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	**–**	**–**
Redução/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(163)	50
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	364	314
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	201	364

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 12 de dezembro de 2007 com denominação social de Pallas SP Participações S.A., tendo como objetivo social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de agosto de 2008 a denominação social foi alterada para Augustus Holding S.A.. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Base de Preparação:** Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras de R$ 201 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 364 em 31 de dezembro de 2021), foram efetuadas integralmente em CDB's, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em Instituições Financeiras consideradas de primeira linha.

4. Investimentos	31.12.2022	31.12.2021
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.	334.564	281.186
	334.564	**281.186**

O saldo em 31 de dezembro de 2022 relativo aos investimentos está integralmente composto pela participação na Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., cuja equivalência patrimonial está demonstrada no quadro abaixo:

	Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.
Patrimônio líquido	**741.859**
• Capital social subscrito	444.332
• Reserva de capital	35.815
• Reserva de reavaliação	1.227
• Reservas de lucros	232.382
• Ajuste de títulos e valores mobiliários	28.103
Participação	**45,098%**
Capital investido	**334.564**

5. Patrimônio Líquido: a. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 125.000 (idem em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado, é composto por 117.745.515 (cento e dezessete milhões e setecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e quinze) ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionista	Capital Subscrito - ações	Participação - %	Capital Subscrito - R$
Augustus Participações S.A.	94.196.412	80,00%	100.000.000
F. Mota Participações S.A.	23.549.103	20,00%	25.000.000
Total	**117.745.515**	**100%**	**125.000.000**

Em 2022 mantém saldo AFAC, para aumento de capital em exercícios futuros, no valor de R$ 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), mantidos os percentuais da participação acionária. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 05 de maio de 2022, em Assembleia Geral Ordinária a Companhia aprovou a reversão parcial dos dividendos distribuídos em 2021 para reserva de retenção de lucros, com finalidade de aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia provisionou para pagamentos no exercício de 2023 o montante de R$ 11.599. **c. Reservas de lucros:** Estão compostas integralmente pela reserva legal no montante de R$ 15.838 e pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 169.145, a qual foi constituída nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01. Em 31 de dezembro de 2022 a administração da Companhia propôs a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados ao complemento de retenção de lucros, arguido nos seus orçamentos de capital. Entretanto, a aprovação de tal proposição e consequente destinação de lucros remanescentes será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. **6. Instrumentos Financeiros:** Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada.

Diretoria

Nilton Molina - Diretor Presidente - CPF 007.182.388-34 **Milton Fernando Ruiz Nogueira -** Contador - CRC 1SP105860/O-1

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição na sede da Companhia

AUGUSTUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 51.548.691/0001-01

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ficando outrossim, esta Diretoria à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

São Paulo, 28 de Abril de 2023

A Diretoria

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante				**Circulante**			
Aplicações financeiras	3	51	13	Fornecedores		2	2
Total do ativo circulante		**51**	**13**	Dividendos a pagar	6b	11.026	12.794
Partes relacionadas		544	528	**Total do passivo circulante**		**11.028**	**12.796**
Investimentos	5	259.575	209.613	**Não circulante**			
Total do ativo não circulante		**260.119**	**210.141**	Adiantamento para futuro aumento de capital	6a	597	557
				Partes relacionadas	4	418	418
				Total do passivo não circulante		**1.015**	**975**
				Patrimônio líquido			
				Capital social	6a	100.000	100.000
				Reserva legal	6c	12.467	10.146
				Reservas de lucros	6c	119.212	80.890
				Reserva de reavaliação	6d	6.308	6.308
				Ajustes de avaliação patrimonial		10.140	(961)
				Total do patrimônio líquido		**248.127**	**196.383**
Total do Ativo		**260.170**	**210.154**	**Total do passivo**		**260.170**	**210.154**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	46.462	53.915
Receitas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(36)	(42)
Lucro antes das despesas (receitas) financeiras	**46.426**	**53.873**
Despesas financeiras	(1)	(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**46.425**	**53.871**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Lucro líquido do exercício	**46.425**	**53.871**
Quantidade de ações no final do exercício	**100.000**	**100.000**
Lucro por ação de capital no final do exercício	**0,464**	**0,539**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de retenção de lucros	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**100.000**	**6.308**	**47.050**	**7.452**	**(663)**		**160.147**
Reversão dividendos distribuídos em 2020, conforme AGO em 26.07.21			4.767				4.767
Distribuição de Lucros, conforme AGE em 12.04.21			(9.310)				(9.310)
Variação na carteira de ações					(298)		(298)
Lucro do exercício						53.871	53.871
Destinação do resultado:							
Constituição da reserva legal				2.694		(2.694)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(12.794)	(12.794)
Constituição da reserva de retenção de lucros			38.383			(38.383)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**100.000**	**6.308**	**80.890**	**10.146**	**(961)**		**196.383**
Reversão dividendos distribuídos em 2020, conforme AGO em 05.05.2022			12.794				12.794
Distribuição de Lucros, conforme AGE em 22.08.2022			(7.550)				(7.550)
Variação na carteira de ações					11.101		11.101
Lucro do exercício						46.425	46.425
Destinação do resultado:							
Constituição da reserva legal				2.321		(2.321)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(11.026)	(11.026)
Constituição da reserva de retenção de lucros			33.078			(33.078)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**100.000**	**6.308**	**119.212**	**12.467**	**10.140**		**248.127**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	46.425	53.871
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial	(46.462)	(53.915)
	(37)	**(44)**
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Outras Obrigações	1	
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	**(36)**	**(44)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(11.117)	(1.373)
Variação na carteira de ações	11.101	(403)
Dividendos recebidos	7.600	11.120
Dividendos pagos	(7.550)	(9.310)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**34**	**34**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	40	12
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	**40**	**12**
Redução/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	38	2
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	13	11
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	51	13

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Augustus Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de maio de 1979, originalmente sob a razão social de Augustus Administração e Participações S.A. cujo objeto social é a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionistas ou quotista. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Base de Preparação:** Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras, no montante de R$ 51 (R$ 13 em 2021), foram efetuadas integralmente em CDB's, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em Instituições Financeiras consideradas de primeira linha. **4. Partes Relacionadas:**

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo		
Augustus Administração S.A.	418	418
	418	418

As operações referem-se a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais da referida Companhia e estão suportadas por contratos de mútuo, firmados por tempo indeterminado, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, a título de mútuo, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Companhia.

5. Investimentos:

	31.12.2022	31.12.2021
AH2 Holding Ltda.	5.650	4.823
Augustus Holding S.A.	258.125	208.990
(–) Ágio incorporação JC Partic. e Empreendim. Ltda.	(4.200)	(4.200)
	259.575	209.613

A movimentação dos investimentos nas controladas está demonstrada no quadro abaixo:

	Augustus Holding S.A.	AH2 Holding Ltda.
Patrimônio Liquido	**322.656**	**7.062**
Capital social subscrito	125.000	4.203
Reservas legais	15.838	
Reservas de lucros	169.144	2.859
Ajuste de títulos e valores mobiliários	12.674	
Participação	80,00%	80,00%
Capital investido	258.125	5.650

6. Patrimônio Líquido: a. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 100.000 (R$ 100.000 em 2021), totalmente integralizado, é composto por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionista	Capital subscrito - R$	Ações	Participação (%)
Nilton Molina	98.772.621	98.772.621	98,77%
Sara Molina	1.142.206	1.142.206	1,14%
Helder Molina	45.862	45.862	0,05%
Mônica Molina	39.311	39.311	0,04%
Total	100.000.000	100.000.000	100,00%

Em 2022 foi realizado um AFAC, para aumento de capital em exercícios futuros, no valor de R$ 40.000 (quarenta mil reais). b. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia provisionou para pagamentos no exercício de 2023 o montante de R$ 11.026. c. Reservas de lucros: Estão compostas integralmente pela reserva legal no montante de R$ 12.467 (R$ 10.146 em 2021) e pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 119.212 (R$ 80.890 em 2021), a qual foi constituída nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01. A administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados, ao complemento de retenção de lucros, arguido nos seus orçamentos de capital. Entretanto, a aprovação de tal proposição e consequente destinação de lucros remanescentes será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. d. Reservas de reavaliação: A reserva de reavaliação no montante de R$ 6.308 (idem em 2021), deste valor, R$ 5.568 refere-se à reavaliação reflexa e a Administração da Companhia optou pela manutenção dos registros relativos à reavaliação dos bens constantes do ativo imobilizado, e estima que tais saldos serão mantidos até a sua realização integral. **7. Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às seguradoras que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. **8. Instrumentos Financeiros:** Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada.

Diretoria

Nilton Molina - Diretor Presidente - CPF 007.182.388-34 **Milton Fernando Ruiz Nogueira -** Contador - CRC 1SP105860/O-1

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição na sede da Companhia

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 79ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 5 de maio de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 26 de maio de 2023, às 15:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no *website* da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **agentefiduciario@vortx.com.br** com cópia para **pos-emissao@barisec.com.br**. O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.**

São Paulo, 09 de maio de 2023

Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 82ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 19 de junho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em segunda convocação, a ser realizada no dia 25 de maio de 2023, às 15:00 horas** ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por videoconferência *online* na plataforma "*Google Meet*", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificativa, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula de 12.3 e do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no *website* da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: **agentefiduciario@vortx.com.br** com cópia para **pos-emissao@barisec.com.br**. O *link* de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora **apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.**

São Paulo, 09 de maio de 2023

Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos

Virgo Companhia de Securitização

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série 378ª da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 378ª Série da 4ª Emissão da **Virgo Companhia de Securitização** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** instituição financeira, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, sala 132 (parte), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social**,** instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 31 de maio de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 09 de maio de 2023. **Virgo Companhia de Securitização**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRANEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 39ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 39ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 19 de maio de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Duas Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Emissora, celebrado em 12 de abril de 2021 ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a alteração da redação da cláusula 7.2 do Termo de Securitização para permitir a realização de amortização extraordinária dos CRA, conforme proposta de redação disposta no material de apoio disponível em www.virgo.inc; Caso aprovado o item (a) acima, aprovar a conversão do valor de R$ 160.263,12 (cento e sessenta mil duzentos e sessenta e três reais e doze centavos) excedente no pagamento da Remuneração dos CRA da Segunda Série, realizado em 17 de outubro de 2022, em uma amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA da Segunda Série, conforme a nova redação proposta nos termos do item "a" acima para a cláusula 7.2 do Termo de Securitização, considerando que o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA da Segunda Série será de R$ 1.122,01606219 em 17 de outubro de 2022; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares dos CRA em circulação presente à assembleia, conforme cláusula 12.5 do Termo de Securitização. O Quórum para deliberação da matéria prevista no item (a) da Ordem do Dia, será de no mínimo 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis de Titulares dos CRA em circulação, conforme item (i) da cláusula 12.9.2 do Termo de Securitização. Nesse mesmo sentido, o quórum para deliberação da matéria prevista no item (b) da Ordem do Dia será com votos que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em circulação, conforme cláusula 12.9.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **gestao@virgo.inc** com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular do CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente **manifestação de voto a distância** à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 11 de maio de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 58ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 58ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos "CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 25 de maio de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.2.2 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 58ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Agropecuária Masutti Ltda. celebrado em 25 de outubro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a não decretação do Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F e, consequentemente dos CRA, previsto na cláusula 7.2, (xxii) da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira Nº 001* ("CPR-F") e 4.19.2, (xxii) do Termo de Securitização, em razão da inobservância pela AGROPECUÁRIA MASUTTI LTDA., ("Devedora e ou Fiduciante") do Indicador Financeiro 2 e do Indicador Financeiro 5 (conforme definidos no Termo de Securitização), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** Aprovar a não decretação do Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F e, consequentemente dos CRA, previstos na cláusula 7.2 (i) da CPR-F e cláusula 4.19.2, (i) do Termo de Securitização, tendo em vista o não envio pelas Fiduciantes (conforme definido na Alienação Fiduciária) da comprovação de transferência para à Emissora, como única e exclusiva beneficiária, da apólice de seguro patrimonial dos Imóveis alienados como garantia, como também da comprovação de renovação anual da referida apólice, nos termos da cláusula 7.8 do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças* ("Alienação Fiduciária"). Caso aprovado o presente item, autorizar a liberação da Devedora em manter a contratação do seguro patrimonial previsto nas cláusulas 7.8 e 7.8.1 da Alienação Fiduciária; **c)** Aprovar o pagamento de *waiver fee* pela Devedora no valor de 0,4% (zero virgula quatro centésimos por cento) sobre o saldo devedor dos CRA acrescido da remuneração, atualizado até a data de realização da presente Assembleia. O referido valor deverá ser pago em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da realização da presente Assembleia por meio da plataforma eletrônica da B3. Ressalta-se que o *waiver fee* somente será devido caso aprovados os itens (a) e (b) da Ordem do Dia acima, em razão da concessão com relação a não decretação ao vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente dos CRA; e **d)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação, será com a presença de Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.13 do Termo de Securitização. Já as deliberações com relação ao item (a) e (b) da Ordem do dia serão tomadas em segunda convocação por Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação ou maioria dos CRA presentes na Assembleia, desde que representem no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação; com relação aos itens (c) e (d) da Ordem do Dia, serão tomadas em segunda convocação, por Titulares dos CRA, que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.14 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para af.assembleia@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de maio de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004660-04.2016.8.26.0020**. A MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Daiane Thaís Souto Oliva de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Edineide Mariza da Silva Lima 79359035491, CNPJ 17.970.177/0001-13 e Edineide Mariza da Silva Lima, CPF 793.590.354-91, que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 48.408,75 (janeiro/2019), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças n° 9455783. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital de CITAÇÃO, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 9 de maio de 2023. 11 e 12 / 05 / 2023

14ª VARA CÍVEL - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **1040641-43.2019.8.26.0100**. Classe – Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Andressa Lemos Rossi e outro. Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 200/202, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo FAZ SABER a Andressa Lemos Rossi e Eduardo Rossi, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação MONITÓRIA por Fundação São Paulo, alegando em síntese: a parte ré é devedora R$ 5.730,93, para maio de 2019, em razão do não pagamento das mensalidades do curso de pedagogia de março a junho de 2015. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para que pague o débito, ou embargue a ação, ficando isento de custas e honorários em caso de pagamento, sob pena de conversão de mandado inicial em título executivo. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 355,48 (FEDT. Código 435-9), providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 28 de abril de 2023. Christopher Alexander Roisin. Juiz de Direito. 11 e 12 / 05 / 2023

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL**
APARTAMENTO Nº154, A AVENIDA
VEREADOR JOSE DINIZ, Nº 3753, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO NEW YORK PLAZA, CAMPO BELO (SANTO AMARO), 30°
SUBDISTRITO IBIRAPUERA , EM SAO PAULO, SP CEP: 04603-004
1º leilão 19/05/2023 as 11:00 horas
2º leilão 12/06/2023 as 11:00 horas
Local AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP
Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários: **LUIZ CARVALHO VIANNA , CPF 284.024.216-87,**
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel. (11) 93285-4559, ou RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA SP CEP: 13299-212

ARY ANDRE NETO
Leiloeiro Oficial
SED:B49891

10 - 11 - 12/05/2023

AUGUSTUS ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ nº 09.334.091/0001-76

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ficando outrossim, esta Diretoria à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

São Paulo, 28 de Abril de 2023

A Diretoria

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	36	499	Fornecedores		15	16
Impostos a recuperar	4	14	12	Obrigações trabalhistas e sociais		13	27
Adiantamentos concedidos	5	423	386	Outras contas		–	90
Outros Créditos a Receber		–	90	**Total do passivo circulante**		**28**	**133**
Total do ativo circulante		**473**	**987**	**Não circulante**			
Não circulante				Partes relacionadas	6	45	144
Partes relacionadas	6	494	594	Adiantamentos para futuro aumento de capital	9	14.582	13.107
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	2.061	**Total do passivo não circulante**		**14.627**	**13.251**
Outras contas a receber		1.918	118	**Patrimônio líquido**			
Ativo biológico		3.421	3.421	Capital social	10a	43.800	43.800
Investimentos	7	13.876	17.625	Reserva Reavaliação	10b	4.004	4.004
Imobilizado	8	7.867	8.655	Reservas de Lucros	10d	1.383	1.383
Intangível		635	634	Prejuízos acumulados		(35.158)	(28.476)
Total do ativo não circulante		**28.211**	**33.108**	**Total do patrimônio líquido**		**14.029**	**20.711**
Total do Ativo		**28.684**	**34.095**	**Total do Passivo**		**28.684**	**34.095**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reservas de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**43.800**	**4.004**	**1.313**	**70**	**(28.284)**	**20.903**
Prejuízo do exercício 2021	–	–	–	–	(192)	(192)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**43.800**	**4.004**	**1.313**	**70**	**(28.476)**	**20.711**
Prejuízo do exercício 2022	–	–	–	–	(6.682)	(6.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**43.800**	**4.004**	**1.313**	**70**	**(35.158)**	**14.029**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	(4.941)	1.189
Despesas administrativas e gerais	(1.138)	(1.265)
Outras receitas ou despesas operacionais	(600)	(115)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(6.679)**	**(191)**
Receitas (despesas) financeiras	(3)	(1)
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	**(6.682)**	**(192)**
Imposto de renda pessoa jurídica	–	–
Contribuição social sobre lucro	–	–
Lucro/Prejuízo do exercício	**(6.682)**	**(192)**
Quantidade de ações no final do exercício	43.800	43.800
Lucro/Prejuízo por ação no final do exercício (lote de mil ações)	(0,1526)	(0,0044)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	(6.682)	(192)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
• Resultado da equivalência patrimonial	5.276	1.023
• Custos das baixas do ativo permanente	(260)	–
• Depreciações e amortizações	26	98
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Adiantamentos concedidos	(37)	(8)
Impostos a recuperar	(2)	(1)
Outras contas a receber	–	1
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1)	3
Obrigações trabalhistas e sociais	(11)	6
Obrigações tributárias	(3)	–
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	**(1.694)**	**930**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições/Reduções ao investimento	(407)	(4.002)
Adições ao ativo biológico, imobilizado e intangível	461	(316)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**54**	**(4.318)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	2	1.559
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.175	2.271
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	**1.177**	**3.830**
Aumento/Redução do caixa e equivalentes de caixa	(463)	442
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	499	57
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	36	499

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 12 de dezembro de 2007, sob a denominação de Juglans SP Participações S.A. cujo objeto social é a exploração e aproveitamento de jazidas minerais em todo território nacional, atividades agrícola e pecuária, reflorestamento, industrialização de produtos agrícolas, exportação, importação, planejamento arrendamento operacional e participações em outras empresas, entre outros. Em 1º de dezembro de 2008, através da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia passou a denominar-se Augustus Administração S.A.. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Base de Preparação:** Essas Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Investimentos:** Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, avaliados de acordo com o método de equivalência patrimonial ou método de custo, representado por diversos investimentos. **Ativo Biológico:** O ativo biológico, ainda em fase de implantação de plantio de palmito, está demonstrado ao valor de custo. A administração da Companhia está em processo de implementação dos registros contábeis, consubstanciados no CPC - 28 Ativo Biológico. O ativo biológico não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao *impairment test* anualmente. **Intangível:** Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Imobilizado:** Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição e é depreciado com base no método linear sobre o custo de aquisição ou construção, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao *impairment test*, ao menos anualmente. **Contas a Pagar aos Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **Capital Social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3. Caixa e Equivalentes de Caixas:	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	–	–
Aplicações financeiras	36	499
	36	**499**

4. Impostos a Recuperar:	31.12.2022	31.12.2021
IRRF a recuperar	14	12
	14	**12**

5. Adiantamentos Concedidos:	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos diversos	423	386
	423	**386**

6. Partes Relacionadas:	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Helmo Agropecuária e Urbanização Ltda.	–	–
Augustus Participações S.A.	418	418
Augustus Holding S.A.	47	47
F.Mota Administração Ltda.	–	129
QB 3 Administração e Participações Ltda.	29	–
	494	**594**
Passivo		
Nilton Molina	14.582	13.107
F. Mota Administração e Empreendimentos Ltda.	45	144
	14.627	**13.251**

Referem-se aos aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas Companhias e estão suportadas por contratos de mútuo, firmados por tempo indeterminado.

7. Investimentos:	Avaliação	31.12.2022	31.12.2021
Valle Blanche (b)	Equivalência	1.372	1.581
Vespers Participações Ltda.(b)	Equivalência	1.451	1.449
QB3 Administração e Participações Ltda.(b)	Equivalência	796	800
DTCom Direct to Company S.A.(a)	Mercado	10.257	13.795
		13.876	**17.625**

(a) Valorização ao mercado é composto pelo investimento em 1.931.845 ações ordinárias nominativas e 119.518 ações preferenciais nominativas, com valor nominal da última negociação em 31 de dezembro de 2022, no montante unitário de R$ 5,00; (b) Demonstramos abaixo o saldo em 31 de dezembro de 2022, avaliados pela equivalência patrimonial: Dados das investidas:

	QB3 Administração e Participações Ltda.	Valle Blanche	Vespers Participações Ltda.
Patrimônio líquido	**2.984**	**1.372**	**9.483**
• Capital social subscrito	3.000	5.605	8.917
• Adiantamento futuro aumento de capital	–	–	2.317
• Reserva de capital	–	–	–
• Prejuízos acumulados	(16)	(4.233)	(1.751)
Participação	26,67%	100,00%	15,30%
Capital investido	**796**	**1.372**	**1.451**

Os demais investimentos avaliados pelo custo ou pelo valor de mercado estão atualizados até 31 de dezembro de 2022 e foram submetidos ao *impairment test*.

8. Imobilizado:	Taxa anual de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total líquido: Custo residual 31.12.2022	Total líquido: Custo residual 31.12.2021
Terrenos		4.359	–	4.359	4.359
Construções e edificações	10%	4.128	(933)	3.195	3.195
Estradas	10%	681	(381)	300	300
Veículos	20%	194	(194)	–	–
Culturas		–	–	–	328
Máquinas e equipamentos	10%	45	(32)	13	473
Total imobilizado em uso		9.407	(1.540)	7.867	8.655

9. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: Os adiantamentos realizados no intuito de futuros aumentos de capital, no montante de R$ 14.582 (R$ 13.107 em 2021), estão suportados por Instrumentos Particulares de Compromissos de Aumentos de Capital e serão utilizados para futuro aumento de capital. **10. Patrimônio Líquido:** a. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 43.800 (R$ 43.800 em 2021), totalmente integralizado, é composto por 43.800.000 (quarenta e três milhões e oitocentos mil) de ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionista	Capital Subscrito - R$	Ações	31.12.2022 Participação %
Nilton Molina	43.454	43.454	99,21%
Sara Molina	319	319	0,73%
Helder Molina	14	14	0,03%
Mônica Molina	12	12	0,03%
Total	**43.800**	**43.800**	**100,00%**

b. Reserva de reavaliação: reserva de reavaliação no montante de R$ 4.004 (idem em 2021) está composta integralmente pelos saldos de reavaliação em ativos próprios (terrenos e fazendas) e a Administração da Companhia optou pela manutenção dos registros relativos à reavaliação dos bens constantes do ativo imobilizado, e estima que tais saldos serão mantidos até a sua realização integral. c. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. d. Reservas de Lucros: Estão compostas integralmente pela reserva legal no montante de R$ 70 (idem em 2021) e pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 1.313 (idem em 2021), a qual foi constituída nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei nº 10.303/01. A administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados, ao complemento de retenção de lucros, arguido nos seus orçamentos de capital. Entretanto a aprovação de tal proposição e consequente destinação de lucros remanescentes será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária. **11. Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às seguradoras que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. **12. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada.

Diretoria

Nilton Molina - Diretor Presidente - CPF 007.182.388-34 **Milton Fernando Ruiz Nogueira -** Contador - CRC 1SP105860/O-1

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição na s

Entidades denunciam desmanche de reguladores da área de minério

Representantes de organizações da sociedade civil apontaram o desmanche de órgãos regulatórios, o apoio ao lobby do mercado de minérios e a tentativa de fragilizar ainda mais as legislações relacionadas à temática da mineração como os principais motivos para o incremento do garimpo ilegal no país. Durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado, na quarta-feira (10), foi apresentado os resultados de um relatório apontando que, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o garimpo ganhou protagonismo político inédito.

Elaborado pelo Observatório da Mineração e Sinal de Fumaça, organizações da sociedade civil que tratam o tema, o relatório Dinamite pura: como a política mineral do governo Bolsonaro armou uma bomba climática e anti-indígena, mostra que membros da cúpula federal bolsonarista favoreceram o lobby do garimpo ilegal. "O que resultou na explosão da atividade em terras indígenas e unidades de conservação".

Segundo o fundador e diretor do Observatório da Mineração, Maurício Ângelo, o governo anterior ignorou os apelos das lideranças Yanomami que denunciaram a crise humanitária na terra indígena, enquanto estava articulando para aprovar formalmente a mineração em terras indígenas.

"O governo sabia muitíssimo bem o que estava acontecendo na terra indígena Yanomami e em outras terras. Você tinha lideranças falando olho no olho para o governo sobre o que tinha acontecido, você teve relatórios muito detalhados, inclusive com mortes de crianças, já se sabia disso antes e não causou nenhuma comoção no governo", denunciou Ângelo durante a audiência, citando que a situação também é crítica nas terras Caiapó Munduruku.

Uma das principais iniciativas foi o Projeto de Lei 191/2020, assinado por Jair Bolsonaro, pelo ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e pelo então ministro da Justiça Sérgio Moro, para liberar mineração em terras indígenas.

Ângelo citou ainda o histórico recente do setor da mineração com destaque para os desastres e acidentes como o rompimento da barragem de Mariana, considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil; o rompimento da barragem de Brumadinho que matou 270 pessoas; e o da extração de sal-gema pela Braskem, em Maceió, que causou o afundamento de bairros, afetando 200 mil pessoas.

"Considerado o histórico que a mineração tem no Brasil, é razoável que você abra terra indígenas para mineração industrial, agronegócio, garimpo, hidrelétricas? O Brasil precisa disso? É isso que a gente quer?", indagou.

Segundo o especialista, o setor de mineração e o de siderurgia, juntos, representam apenas 3% do Produto Interno Bruto (PIB), consome 11% de toda a energia produzida no país e emite mais de 107 milhões de toneladas de CO^2 na atmosfera. Ângelo defendeu que o Brasil precisa rever o modelo de desenvolvimento do setor e criar alternativas, uma vez que a atividade de mineração é finita.

"A mineração vale quanto pesa? O que a mineração está contribuindo para o país? Qual o legado nas principais cidades mineradoras de Minas Gerais, do Pará, da Bahia, de Goiás, Mato Grosso, falando aqui da mineração industrial. A questão do garimpo chamou atenção este ano, mas você precisa oferecer alternativas econômicas, mas mesmo as cidades que vivem do garimpo há muitas décadas, elas não têm um maior desenvolvimento econômico", alertou.

A fundadora do Sinal de Fumaça, Rebeca Lerer, disse existir, no governo anterior, uma estratégia de lobby bastante sofisticada para avançar projetos de lei, medidas provisórias, que facilitassem o acesso à terra de uma forma muito predatória tanto para o agronegócio quanto para a mineração.

"O que a gente observa nessa linha do tempo é o total descontrole no uso da terra para mineração no Brasil, dos casos mais extremos, como os casos de crises humanitárias que a gente vê em terras indígenas, não só nas terras Yanomami, mas nos Caiapó, nos Munduruku, na região do Rio Madeira e outros projetos minerais", disse. "Foi uma política mineral das grandes empresas transnacionais, dos minerais estratégicos, da exploração privada de minerais como o urânio, por exemplo, e isso estava sendo pouco discutido pela sociedade", acrescentou.

Rebeca citou que por ano a atividade de mineração impacta cerca de 700 mil pessoas, com a poluição da água e do solo, problemas graves de saúde com contaminação por mercúrio, materiais radioativos, pessoas atingidas por barragens, entre outros problemas.

"Qual a estratégia do Brasil de médio e longo prazo que contemple a emergência climática que está colocada sobre nós, para a gente fazer uma transição econômica, social, energética e na maneira como a gente usa a terra no nosso país para uma economia de baixo carbono e com justiça climática?", perguntou.

O ouvidor da Agência Nacional de Mineração (ANM), André Elias Marques, disse que a agência está abandonada, apesar de ter a terceira maior arrecadação entre as agências reguladoras. Ele defendeu uma maior estruturação para a ANM, que tem, entre outras atribuições, regular, fiscalizar e vistoriar barragens e pilhas de rejeitos, controlar o devido fechamento de minas e a lavra de acordo com aspectos ambientais.

"A Agência Nacional de Mineração está abandonada, está sucateada. É uma agência muito defasada e muito aquém das outras agências reguladoras. A ANM está sucateada e não está pronta para fiscalizar o setor de forma adequada", afirmou. (Agencia Brasil)

Telegram apaga mensagem contra PL das Fake News

O Telegram Brasil apagou, na tarde da quarta-feira (10), a mensagem enviada em massa, no dia anterior, aos usuários da plataforma digital no país. O texto da mensagem apagada era contrário à aprovação do Projeto de Lei 2.630, conhecido como PL das Fake News, que tramita no Congresso Nacional para propor medidas de enfrentamento à divulgação de conteúdos falsos e à violência digital.

O aplicativo ainda enviou, às 15h41 da quarta-feira, nova mensagem a todos os usuários com a comunicação de que o texto anterior continha ilicitudes que atentavam contra os poderes da República e a democracia e, ainda, instigava os seus usuários a coagir parlamentares.

"Recebemos uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil que obriga o Telegram a remover nossa mensagem anterior sobre o PL 2630/2020 e enviar uma nova mensagem aos usuários, que está incluída abaixo", diz a mensagem enviada hoje.

"Por determinação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a empresa Telegram comunica: A mensagem anterior do Telegram caracterizou FLAGRANTE e ILÍCITA DESINFORMAÇÃO atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares", continua o texto.

As medidas foram adotadas após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinar que o Telegram apagasse a mensagem da terça-feira e enviasse novo texto com caráter corretivo, no prazo de 60 minutos.

Os representantes do Telegram no Brasil devem ser ouvidos pela Polícia Federal, no prazo de 48 horas, a partir da determinação judicial, pois, o disparo em massa da mensagem pode ser entendido como abuso de poder econômico e prática de desinformação por parte de milícias digitais nas redes sociais, segundo Moraes.

Repercussão

Por meio de uma rede social, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, considerou importante a decisão do ministro da Suprema Corte, em relação ao que Dino classifica como "abusos do Telegram".

Flávio Dino chama a atenção para a necessidade da fixação de marcos de regulação de empresas digitais. "O faroeste digital é incompatível com a Constituição". (Agencia Brasil)

Pandemia acentua insegurança alimentar para pessoas trans

Sete em cada dez pessoas transgênero enfrentaram insegurança alimentar durante a pandemia de covid-19. Para um quinto do grupo minoritário, o quadro foi severo, já que não tinha condições de fazer todas as refeições do dia, nem como comprar alimentos, passando fome.

É o que comprova estudo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), publicado na quarta-feira (10), no periódico científico Plos One.

Como forma de averiguar o cenário, a equipe de cientistas analisou relatos de experiências de 109 pessoas, por meio de um questionário. Os participantes, que responderam de modo voluntário, eram de todas as regiões do país, sendo a maioria negra.

O critério aplicado para se definir o estado de insegurança alimentar foi o da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que entende como contextos em que o acesso ao alimento está sob ameaça. Isso significa quantidades insuficientes de comida, medo de o alimento acabar e a falta de estabilidade no fornecimento. Também se enquadra na classificação a inadequação da comida disponível, do ponto de vista cultural e/ou nutricional.

Sávio Marcelino Gomes, autor principal do artigo, nutricionista e docente da UFPB, destaca que a comunidade trans é uma das mais vulneráveis. "O Brasil, apesar de a gente ter alguns avanços na saúde, como o processo transexualizador e de existir uma política nacional de saúde para a população LGBTQIA+, de forma geral, é também o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo", assegura.

O pesquisador comenta que, ao não poder entrar no mercado de trabalho, por conta da discriminação, chamada, nesse caso, de transfobia, as pessoas trans acabam em uma circunstância de suscetibilidade quanto à alimentação, camada que se soma à da fragilização por meio da violência. Gomes faz, ainda, uma crítica aos dados sobre a população trans que se tem, atualmente, à disposição no Brasil.

"À medida que sofrem rejeições de empregos, sofrem violências dentro do mercado de trabalho, do setor da educação e também na área de assistência em saúde, quando tentam acessar a atenção primária, essas pessoas sofrem também experiências de estigma, e tudo isso junto, coloca essas pessoas em uma posição social de vulnerabilidade aos piores males que nossa sociedade tem. E a fome é um deles, apesar de a gente não [ter] esse resultado de forma nacional, porque nossos inquéritos, por muito tempo, também não mostram essa população. É uma população que está invisibilizada", afirma Gomes, que é doutor em saúde pública. (Agencia Brasil)

AGRO CARTOON PICAZO

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Omid Solutions Tecnologia S.A.

CNPJ nº 23.877.653/0001-59

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - *(Em milhares de Reais)*

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo / Circulante	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	71	2.280
Contas a receber	684	221
Partes relacionadas	100	-
Impostos a recuperar	630	674
Despesas antecipadas	39	54
Outros créditos	1.699	39
Total do ativo circulante	**3.223**	**3.268**
Não circulante		
Contas a receber	40	400
Direito de uso	1.193	1.258
Imobilizado	6.420	7.798
Intangível	42	60
Total do ativo não circulante	**7.695**	**9.516**
Total do ativo	**10.918**	**12.784**

Passivo e patrimônio líquido / Circulante	2022	2021
Fornecedores	972	283
Partes relacionadas	420	-
Empréstimos e financiamentos	826	963
Obrigações tributárias	20	208
Salários e encargos	190	209
Obrigações com clientes	5	-
Outras contas a pagar	25	1
Total do passivo circulante	**2.458**	**1.664**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	776	1.490
Partes relacionadas	-	3
Total do passivo não circulante	**776**	**1.493**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.164	19.232
Prejuízos acumulados	(15.480)	(9.605)
Total do patrimônio líquido	**7.684**	**9.627**
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.918**	**12.784**

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(5.875)	(5.385)
Resultado abrangente total do exercício	**(5.875)**	**(5.385)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	**12.932**	**(4.220)**	**8.712**
Aumento de capital	6.300	–	6.300
Prejuízo do exercício	–	(5.385)	(5.385)
Saldos em 31/12/2021	**19.232**	**(9.605)**	**9.627**
Aumento de capital	3.932	–	3.932
Prejuízo do exercício	–	(5.875)	(5.875)
Saldos em 31/12/2022	**23.164**	**(15.480)**	**7.684**

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Receita operacional líquida	3.437	1.503
Custo dos serviços prestados	(6.037)	(5.622)
Prejuízo bruto	**(2.600)**	**(4.119)**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(508)	(746)
Despesas gerais e administrativas	(2.766)	(188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	387	(4)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(5.487)**	**(5.057)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1	1
Despesas financeiras	(389)	(329)
Resultado antes do IR e da CS	**(5.875)**	**(5.385)**
Prejuízo do exercício	**(5.875)**	**(5.385)**

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Resultado antes do IR e da CS	(5.875)	(5.385)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do IR com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.479	1.560
Baixa de bens de direito de uso	358	367
Juros apropriados - Arrendamentos	328	320
	(2.709)	**(3.138)**
Redução (aumento) em ativos operacionais:		
Contas a receber	(103)	59
Impostos a recuperar	44	(265)
Despesas pagas antecipadamente	15	(34)
Partes relacionadas	(100)	1.274
Outros ativos	(1.660)	14
Aumento (redução) em passivos operacionais:		
Fornecedores	689	141
Obrigações tributárias	(188)	142
Obrigações trabalhistas	(19)	(70)
Outras contas a pagar	29	(3)
Partes relacionadas	417	–
Juros pagos - Arrendamentos	(1.179)	(1.162)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(4.764)**	**(3.042)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(1.376)	(2.776)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.377)**	**(2.776)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	3.932	6.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**3.932**	**6.300**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(2.209)**	**482**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	2.280	1.798
No fim do exercício	71	2.280
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(2.209)**	**482**

As Demonstrações Financeiras completas e o Relatório do Auditor Independente emitido pela ERNST & YOUNG encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia.

Ricardo Gonçalves de Araújo - Diretor **David Esteves Dias Rocha -** Diretor **Wender Silva de Oliveira -** Contador - CRC: 1SP 333469

Imobel S. A. Urbanizadora e Construtora

CNPJ/MF nº 46.375.861/0001-55

Convocação

Assembleia Geral Extraordinária de 22 de maio de 2023

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 9º andar, conjunto 91, na capital de São Paulo, às 11:00 horas, para deliberarem em Assembleia Geral Extraordinária sobre: **a)** alteração do artigo 3º do Estatuto Social **b)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. Diretor Superintendente.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1006928-88.2016.8.26.0001** O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. JOSE FABIANO CAMBOIM DE LIMA, na forma da Lei, etc. Faz saber a Maria de Lourdes Pereira Morais CPF 038.912.768-00, que Kazuê Chinen Higa ajuizou ação de despejo por falta de pagamento referente ao imóvel sito rua Catapará, 61, Vila Guilherme, e a cobrança de R$ 17.063,49 (março/2016). Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação, sob pena de serem aceitos os fatos alegados pelo autor, nomeando-se curador especial em caso de revelia.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 16 de dezembro de 2022. **|11,12|**

Jornal O DIA SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
INSTITUTO QTAL
Aos Membros do Instituto
Edital de Convocação de Assembleia Geral

Ficam convocados todos os membros do "Instituto Qtal", para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, à realizar-se no dia 24 de maio de 2023 às 08:30 horas em primeira chamada e às 09:00 horas em segunda e última chamada na Rua Jorge Bron nº 124, Sala 3 – Vila Maria Alta – São Paulo / SP, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Prestação de Contas do exercício 2022; **2)** Eleição e Posse da Presidenta, Vice-Presidente, Diretor Executivo e Membros do Conselho Fiscal; **3)** Deliberação da mudança do endereço da sede do Instituto; 4) Assuntos Gerais. São Paulo, 21 de Abril de 2023. José Ricardo Firmino – Presidente.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** CASA, A AVENIDA ENGENHEIRO QUEIROZ TELLES, Nº399, JARDIM D'ABRIL, EM SAO PAULO, SP CEP: 05399-030

1º leilão 19/05/2023 as 11:00 horas

2º leilão 12/06/2023 as 11:00 horas

Local AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP

Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários: **WALDEMIR DE SOUZA SILVA, CPF 470.477.208-04, ELIANA SIGNANI SILVA, CPF 014.165.748-08,**

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão

Informações tel. (11) 93285-4559, ou RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212

ARY ANDRE NETO
Leiloeiro Oficial
SED:B53138

10 - 11 - 12/05/2023

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0002360-16.2018.8.26.0053** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 14ª Vara de Fazenda Pública,do Foro Central-Fazenda Pública/Acidentes,Estado de São Paulo,Dr(a).Randolfo Ferraz de Campos, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) HIDELMA-HIDRAULICA, ELETRICA E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ 58.720.178/0001-97, com endereço conhecido à Avenida Professor Manoel Jose Pedroso,1652,Parque Bahia,CEP 06717-100,Cotia-SP,que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo-IPT,visando ao pagamento da quantia de R$65.235,84(novembro/2017).Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL,para os atos e termos da ação proposta e para que,no prazo de 15dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, proceda ao pagamento do débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º, do CPC), ou apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2023. **|11,12|**

EDITAL DE INTIMAÇAO - PROCESSO Nº **1022394-75.2023.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Andréa Castillo Garcia Paranhos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)s eventuais terceiros interessados, que foi proposta uma ação de Alteração de Regime de Bens por parte de Hercules Alvares Machado Florence e Soraia Magalhães Sousa, alegando em síntese: Expeça-se edital com vistas à intimação de eventuais terceiros interessados para que se manifestem, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o pedido dos autores de alteração do regime de bens do casamento de Separação Total de Bens para o da Comunhão Parcial de Bens, como determina o art. 734, §1º, do CPC/2015. Foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 30 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, abra-se vista ao Ministério Público. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2023. **|11,12|**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1090774-55.2020.8.26.0100**O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Tsuchiya, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Clovis Lopes de Arruda,J.Abukater & CIA.LTDA,Vicente Guerreiro Mateus ou Vicente Mateus Guerreiro,Ambrosina Maria Gomes Guerreiro,Imobiliária Rio Branco Ltda.,Eliana Remondini Guerreiro,José Francisco Gomes da Silva,Zenilda Francisca da Silva, Domingos de Souza Pinto, Sebastião Francisco da Silva, Antonia Lourenço da Silva e Clovis Lopes de Arruda, réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Odair Caparroz Melhado e Andrea e Souza Caparroz Melhado ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de dominio sobre imóvel situado na Rua dos Gerentes,139, Parque dos Bancários, São Paulo - SP, CEP 03922- 130, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|11,12|**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1131103-75.2021.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gabriela Marino Knirsch de Mello, Gildasio Lima, Elione Santos de França, Jorge Macedo Filho, Carmen Cinira de Carvalho, Flavio de Carvalho Liposeli, Iara de Carvalho Liposeli, Joao Marcos de Carvalho Luposeli, Laercio Silva Francisco, Lilian Cristina Andrade da Silva, Marcos Soares Joaquim, Felipe Gomes Pissarra, Lina Nawaf Taha, Adriana Arienti, , réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ ou sucessores, que Cristiane Oliveira Barreto ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel localizado na Rua Willy Aureli, nº 150, Interlagos, São Paulo/SP, CEP 04789-090, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.**|11,12|**

www.jornalodiasp.com.br